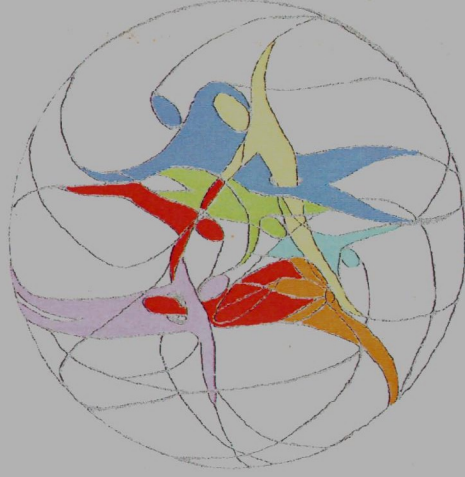


XIII ENCONTRO CIENTÍFICO DO CINDEDI-USP



POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIAIS DE ACOLHIMENTO À CRIANÇA

o quanto nossas pesquisas podem ajudar a
repensá-las?

11 a 15 de Fevereiro de 2008
FFCLRP/USP

XIII ENCONTRO DO CINDEDI
POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIAIS DE
ACOLHIMENTO À CRIANÇA:

o quanto nossas pesquisas podem ajudar a repensá-las?

11 a 15 de Fevereiro de 2008

Nesta mensagem de boas vindas ao nosso XIII Encontro, queremos começar historiando a emergência do tema deste ano.

Embora o CINDEDI tenha sempre assumido a relação necessária e indissociável entre teoria e prática social e entre pesquisa e intervenção, uma e outra se questionando e se enriquecendo mutuamente, surgem, com frequência, vários questionamentos e discussões no grupo. Nesses embates, contrapõe-se a pesquisa *versus* um trabalho mais engajado com a realidade social imediata, quanto a sua capacidade de produzir mudanças mais efetivas, que promovam os direitos básicos e as condições de desenvolvimento das populações com quem trabalhamos.

Essa crise é típica dos estudantes de Iniciação Científica, quando entram na fase de estágios e têm oportunidade de "pôr a mão na massa" e passam a questionar ou se desinteressam pelo trabalho de pesquisa. Mas surge também entre os mestrandos e doutorandos, e mesmo entre os pesquisadores mais experientes, que se questionam a respeito da relevância social desse trabalho científico mais focado e contínuo, regido por leis acadêmicas restritivas, o qual, por vezes, exige certo distanciamento da realidade imediata, com longas horas de

leitura, análises minuciosas e escritas infundáveis. A premência por mudanças não exigiria um maior engajamento pessoal e soluções mais rápidas? E o tempo para tudo isso?

Estávamos um dia nesta discussão, quando se delineou claramente a idéia de que uma pesquisa bem feita sobre uma realidade social complexa, pode constituir um *instrumento* efetivo para promover mudanças, possibilitando assim uma forma adequada de intervenção.

O tema deste XIII Encontro propõe justamente essa reflexão: *o quanto a pesquisa pode ajudar a repensar as práticas sociais e as políticas públicas de acolhimento à criança?*

A proposta é que essa reflexão seja feita pelos vários subgrupos do CINDEDI, com a colaboração de nossas professoras convidadas. Cada subgrupo tem se reunido antecipadamente para discutir a questão a partir de suas pesquisas, preparando assim suas apresentações para o Encontro. Além disso, cada membro do grupo apresentará seu trabalho de pesquisa em um painel, a ser discutido por pelo menos dois debatedores previamente indicados.

Assim, para a conferência de abertura, na segunda-feira (11/02), convidamos a *Profa. Fúlvia Rosemberg*, como um reconhecimento pela sua competência ímpar na área e pelo muito que temos aprendido com seus textos.

A terça-feira (12/02) será da *Educação Infantil*. Contamos, nesse dia, com a colaboração da *Profa. Rita Coelho*, articuladora incansável e competente do Movimento de Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), o qual tem contribuído muito para várias conquistas da Educação Infantil, particularmente para o FUNDEB. Temos o grande prazer de dizer que Ritinha é, atualmente,

coordenadora da COEDI (Coordenação Geral de Educação Infantil) do MEC. A outra palestrante do dia é a *Profa. Zilma M. R. Oliveira*, membro ativo e criativo do CINDEDI, desde seu início. Contamos, também, com a presença da *Profa. Ângela Barreto*, a qual foi coordenadora da COEDI na década de 90 e estimulou um grande desenvolvimento dessa área no Brasil, devido a seu trabalho de articulação entre profissionais e pesquisadores, com a produção de um material extremamente rico, que até hoje utilizamos (o das "carinhas"). A *Profa. Maria Isabel Pedrosa*, da UFPE, querida e imprescindível colaboradora do CINDEDI há décadas, também atuará como debatedora nesse dia.

A quarta-feira (13/02) será dedicada às *Políticas e Práticas Sociais de Adoção, Acolhimento Familiar e Abrigamento*. Neste dia teremos a visita e palestra especial da *Profa. Myriam Veras*, que coordena o Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (NECA) da PUC-SP, que muito tem contribuído para a promoção de mudanças na área. Como debatedores dos trabalhos desse subgrupo atuarão, além da *Profa. Myriam Veras*, duas antigas e queridas colaboradoras do CINDEDI: a *Profa. Ana Luiza Smolka* da Faculdade de Educação da UNICAMP e a *Profa. Carmen Craidy*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Na quinta-feira (14/02), pela manhã, serão discutidas as *Políticas e Práticas Sociais de Inclusão Social e Escolar de Pessoas com Necessidades Especiais*. Atuarão como debatedoras as *Profas. Cecília Guarnieri Batista*, docente da Faculdade de Ciências Médicas, da UNICAMP, e *Fátima Denari*, professora da UFSCar. Ambas, há anos, vêm trabalhando e têm trazido contribuições importantes ao

campo de estudo e atuação relacionado à inclusão e à educação de pessoas com necessidades especiais.

Quinta-feira (14/02) à tarde será dedicada ao debate sobre *Relações no Primeiro Ano de Vida*, tendo como debatedoras três assíduas e queridas colaboradoras do CINDEDI, *Profa. Ana Maria Mello, Profa. Ana Maria Almeida Carvalho e Profa. Maria Isabel Pedrosa.*

Para encerramento deste dia, teremos uma Choppada no Templo da Cidadania.

Na sexta-feira (15/02) pela manhã, faremos o habitual e proveitoso relato e balanço do encontro, contando com a colaboração de *Ana Maria Almeida Carvalho, Carmen Craidy, Ivy Gonçalves de Almeida e Luciana Rodrigues.*

Esperamos que, nesses dias do Encontro e durante sua preparação em cada subgrupo, consigamos fazer avanços em nossa reflexão sobre como nossas pesquisas podem ajudar a repensar as práticas sociais e as políticas públicas de acolhimento à criança. A *Profa. Zilma* já se propôs a organizar uma publicação reunindo as reflexões dos vários subgrupos, enriquecidas com as discussões das convidadas.

Gostaríamos de registrar a ausência, neste ano, de um membro importante do CINDEDI, o *Prof. Reinaldo Furlan*, que vem se recuperando de problemas de saúde. Desejamos-lhe, e a sua família, muita saúde e alegria nessa nova fase de vida, assim como um pronto retorno, à Faculdade e ao nosso grupo. Sua colaboração é muito importante!

Queremos agradecer desde já a participação de todos, particularmente de nossas convidadas, dando-lhes as

boas vindas e desejando a todos e todas um excelente encontro!

Ribeirão Preto, 11 de Fevereiro de 2008.

Clotilde

XIII ENCONTRO CIENTÍFICO DO CINEDI
POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIAIS DE ACOGLIMENTO À CRIANÇA:
o quanto nossas pesquisas podem ajudar a repensá-las?
Local: Anfiteatro André Jacquemin, FFCLRP-USP

	Segunda-feira (11/02)	Terça-feira (12/02)	Quarta-feira (13/02)	Quinta-feira (14/02)	Sexta-feira (15/02)
Manhã		8h30min: Políticas da infância na Educação Infantil Palestras: Rita Coelho (COED/MEC) Zilma M. R. Oliveira (CINEDI)	8h30min: Políticas da infância e juventude: adoção, acolhimento familiar e abrigamento Palestra: Myriam Veras (PUC-SP) Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (CINEDI)	8h30min: Políticas da infância e juventude: inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais Grupo: Kátia de Souza Amorim Ticiane Melo de Sá Roriz Lucia Maria Santos Tinos Debatedoras: Cecília Batista (UNICAMP) Fatima Denari (UFSCAR)	9h00min: Relato e balanço do encontro Ana Maria Almeida Carvalho (CINEDI) Carmem Crady (UFRRGS) Ivy Gonçalves de Almeida (CINEDI) Luciana Rodrigues (CINEDI) Debate e fechamento
Tarde	14h00min: Abertura Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (CINEDI) Conferência: Políticas de educação infantil e a construção de problemas sociais Fúlvio Roscberg (FCC/PUC-SF)	13h00min-15h00min: Painéis 15h00min: Políticas da infância na Educação Infantil Grupos: Ana Paula Soares da Silva Mara Ignez Campos-de-Carvalho Debatedoras: Angela Barreto Mara Isabel Pedrosa (UFPE)	13h00min-15h00min: Painéis 15h00min: Políticas da infância e juventude: adoção, acolhimento familiar e abrigamento Grupo: Mara Clotilde Rossetti-Ferreira Regina Helena Caldana Nina Rosa A. Costa Sueli C. Pauli Teixeira Debatedoras: Ana Luiza Smolka (UNICAMP) Carmem Crady (UFRRGS) Myriam Veras (PUC-SP)	13h00min-15h00min: Painéis 15h00min: Políticas da infância e juventude: relações no primeiro ano de vida Grupo: Kátia de Souza Amorim Debatedoras: Ana Maria Mello (CINEDI; COSEAS/USP) Ana Maria Almeida Carvalho (CINEDI) Mara Isabel Pedrosa (UFPE)	13h00min: Almoço no Restaurante do Lago
	17h30min: Coquetel	17h30min: Atividade Cultural	17h30min: Atividade Cultural	18h30min: Choppada no Templo da Cidadania	

SUMÁRIO

EIXO I – Políticas da infância na Educação

DOUTORADO

Impacto do programa auxílio-creche na qualidade da educação e do cuidado infantil. Ana Maria de Araújo Mello & José Marcelino de Rezende Pinto
p. 13

Microanalysis of interactions among 2- to 3-year-old children, teacher, and researcher in institutional day care setting. Niina Rutanen
p. 14

Qualidade na educação infantil: uma perspectiva ecológica na análise de indicadores em documentos brasileiros e estrangeiros. Tatiana Noronha de Souza & Mara Ignez Campos-de-Carvalho
p. 16

MESTRADO

Ensino fundamental de nove anos: desafios e soluções dos sistemas de ensino e dos professores. Andréa Cristine Mesquita B. Thomé & Ana Paula Soares-Silva
p. 18

A qualidade negociada na educação infantil: conhecendo as diferentes concepções. Bruna Calefi Gallo & Ana Paula Soares-Silva
p. 19

(Re)produção da cultura escolar no contexto de ampliação do ensino fundamental para 9 anos. Delma Bezerra & Ana Paula Soares-Silva
p. 21

A violência doméstica contra a criança no cotidiano de instituições de educação infantil. Luciana Pereira de Lima & Ana Paula Soares-Silva
p. 22

O masculino na educação infantil. Mara Isis de Souza & Ana Paula Soares-Silva
p. 24

Avaliação da qualidade de ambientes educacionais para crianças de 12-30 meses. Scheila Machado Silveira & Mara Ignez Campos-de-Carvalho
p. 25

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Avaliação de ambientes infantis: um estudo sobre a Infant/Toddler Environment Rating Scale – Revised Edition. Juliana Bezzon da Silva, Tatiana Noronha de Souza & Mara Ignez Campos-de-Carvalho
p. 27

A creche domiciliar em um contexto de omissão das políticas públicas para a educação infantil: caracterização e significações desse atendimento. Lígia Perez Paschoal & Ana Paula Soares-Silva
p. 28

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Algumas experiências de registros na Creche Carochinha – portfólio? Ana Maria de Araújo Mello, Rosa Virginia Pantoni & Regina Teles
p. 30

Oficina de registros - tecendo o texto. Ana Maria de Araújo Mello
p. 31

O uso de embalagens na educação infantil: trabalho com rótulos permite que crianças de 4 e 5 anos tenham uma nova oportunidade de explorar a linguagem oral e escrita de maneira lúdica e criativa. Rodrigo H. Flauzino
p. 33

OUTROS TEMAS

Sala de descanso em empresas de telemarketing e afastamentos por doenças laborais. Victor H. de Almeida & Mara Ignez Campos-de-Carvalho
p. 34

EIXO II – Políticas da infância e juventude: adoção, acolhimento familiar e abrigo

PÓS-DOUTORADO

Programas de famílias acolhedoras no Estado de São Paulo. Nina Rosa do Amaral Costa & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
p. 37

Significações sobre vínculo afetivo e família presentes entre técnicos de programas de famílias acolhedoras. Nina Rosa do Amaral Costa & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
p. 39

Criança adotada: um fracasso na escola? Estudo do processo de construção das 'dificuldades de aprendizagem' em crianças adotivas. Sueli C. Pauli Teixeira & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
p. 40

DOUTORADO

Adoções "prontas" ou diretas: buscando conhecer seus caminhos e percalços. Fernanda Neisa Mariano & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
p. 42

O abrigo de crianças de 0 a 6 anos de idade: caracterizando esse contexto. Solange A. Serrano & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
p. 44

MESTRADO

Educomunicação e crianças abrigadas: um estudo de caso de uma oficina de TV. Helenita S. Miike & Regina Helena Lima Caldana
p. 46

Que posições ocupam os irmãos na rede de relações de crianças em situação de abrigo? Ivy Gonçalves de Almeida & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
p. 47

Criança adotada: um fracasso na escola? Estudo do processo de construção das "dificuldades de aprendizagem" em crianças adotadas – percepção de profissionais da docência. Letícia F. R. F. Castro & Sueli C. Pauli Teixeira p. 49

Infância e práticas educativas: concepções de educadoras de abrigo à luz da história de vida. Lorena Barbosa Fraga & Regina Helena Lima Caldana p. 51

Políticas públicas para criança desprovida de proteção e cuidados parentais em Moçambique. Maria Helena Timbana & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira p. 52

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A criança abrigada e a escola: a materialização do conflito. Carolina G. Buffa, Sueli C. Pauli Teixeira & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira p. 54

A perspectiva da criança sobre seu processo de abrigamento. Fernanda L. Silva, Lílian A. G. Solon & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira p. 56

Significações sobre vínculos afetivos em famílias acolhedoras. Lara Barros Martins, Nina Rosa do A. Costa & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira p. 57

O abrigo sob a perspectiva da criança. Mariana C. Garzella, Solange Aparecida Serrano & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira p. 59

Conhecendo a rede de relações da criança abrigada: um estudo exploratório. Nívea P. Maehara, Ivy G. Almeida & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira p. 60

EIXO III – Políticas da infância e juventude: inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais

DOUTORADO

O ter/viver com epilepsia, a partir da perspectiva da criança. Adriana Mara dos Anjos, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira & Kátia de Souza Amorim p. 62

Inclusão escolar com qualidade de pessoas com deficiência: mapeamento de dez anos da educação de jovens e adultos, nas escolas municipais de Ribeirão Preto. Lucia Maria Santos Tinos & Katia de Souza Amorim p. 63

Eu sou daqui, você é de lá. Quem pode palpitar? Educação de crianças com epilepsia. Ticiania M. S. Roriz, Kátia de Souza Amorim & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira p. 65

MESTRADO

10 anos de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais na cidade de Ribeirão Preto: mapeamento da rede pública estadual de ensino. Patrícia Moreira de Souza & Kátia de Souza Amorim p. 67

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

10 anos de inclusão escolar de crianças com necessidades especiais em Ribeirão Preto: mapeamento da educação especial e inclusiva na rede privada de ensino. Carla Passalacqua Morelli & Kátia de Souza Amorim p. 69

Os caminhos de escolas especiais em Ribeirão Preto, nos últimos 10 anos: reflexos a partir das políticas de inclusão escolar. Francisco Ribeiro Tavares Neto & Katia de Souza Amorim p. 70

Mapeamento dos 10 anos de educação especial e inclusiva em Ribeirão Preto: políticas e funcionamento das classes

especiais e salas de recursos. Gabriela Caldeira Aranha & Katia de Souza Amorim p. 72

Pais (re)(des)(co)construindo concepções acerca da epilepsia e do filho com epilepsia de difícil controle, em processo de avaliação pré-cirúrgica. Jaqueline C. M. Crempé & Kátia de Souza Amorim p. 74

Mapeamento da educação especial e inclusiva na rede municipal de Ribeirão Preto: desafios e possibilidades. Luciana B. Martins & Kátia de Souza Amorim p. 76

Eixo IV - Políticas da infância: relações no primeiro ano de vida

MESTRADO

Recursos comunicativos utilizados por um bebê na interação com distintos interlocutores em contexto de creche. Larissa N. R. Elmôr & Kátia de Souza Amorim p. 78

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

"Abreviação" em relações de bebês com seus pares de idade. Carolina A. Costa & Kátia de Souza Amorim p. 79

O posicionamento de bebês ouvinte e surdo enquanto sujeitos da linguagem. Luciana A. Rodrigues & Kátia de Souza Amorim p. 81

O objeto nos processos interativos de bebês em creches. Natália Rossin & Kátia S. Amorim p. 83

Mediação e constituição do sujeito, no primeiro ano de vida: um estudo de caso sobre um bebê mordedor, em creche. Rosária F. M. Saullo & Kátia S. Amorim p. 84

Eixo I - Políticas da Infância na Educação

DOUTORADO

IMPACTO DO PROGRAMA AUXÍLIO-CRECHE NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E DO CUIDADO INFANTIL

Ana Maria Mello & José Marcelino de Rezende Pinto
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

O século XX é considerado o século da educação formal, o século da escola. Também na educação infantil no Brasil, muita transformação ocorreu desde a inauguração do primeiro jardim-de-infância, em 1896, na Escola Caetano de Campos, na cidade de São Paulo. Foram reflexos profundos na educação infantil paulista, que conheceu uma trajetória marcante de mudanças. Convivemos atualmente com variados arranjos familiares e com diferentes formas de organizar o dia-a-dia da criança pequena. No Brasil, como dado positivo, constata-se nas últimas décadas uma grande ampliação do atendimento. Entretanto, mesmo com toda essa expansão, manteve-se vigente a oferta de educação diferente para atender a situações sociais diferenciadas. A escola da elite não é a mesma que a do trabalhador. A divisão entre educação pública e privada exprime essa diferença que reproduz a desigualdade entre as classes, que se manifesta também na educação infantil da USP. Este projeto de pesquisa objetiva investigar o impacto do Programa Auxílio-Creche da USP sobre o tipo de atendimento educacional e de cuidado recebidos pelas crianças das famílias usuárias. O Programa Auxílio-Creche é um *benefício* para os filhos de docentes e funcionários, abaixo de 7 anos, que não freqüentam as creches da USP. Optou-se por uma metodologia qualitativa, na modalidade estudo de caso. Para tanto, analisaremos as características do Programa Auxílio-Creche e a evolução dos valores repassados às famílias,

relacionando à mudança do perfil socioeconômico das famílias atendidas na Creche Carochinha. Como instrumentos de coleta, serão utilizados, em uma primeira fase, a análise documental que regulamenta o Programa Auxílio-Creche, as tabelas de valores da *per capita* dos auxílios repassados de julho de 2004 a julho de 2006, bem como os documentos que indicam a relação candidato/vaga da Creche Carochinha por categoria de usuários do mesmo período. Nesta fase, teremos como última etapa a entrevista de um dirigente sindical que acompanhou as negociações desse processo, bem como será aplicado um questionário às famílias de funcionários de nível básico, beneficiárias do auxílio, no *campus* da USP de Ribeirão Preto. Já na segunda fase, serão entrevistados: quatro funcionários - três com filhos beneficiados pelo Auxílio e um com filho que frequenta a Creche Carochinha; a diretora da Divisão de Creches COSEAS; a diretora e os educadores da Creche; sobre as ocorrências e os eventuais efeitos de uma mudança no perfil socioeconômico das famílias que procuram a instituição em virtude do Programa Auxílio-Creche. Com o material analisado e com aquele construído pelos questionários pretende-se destacar os diferentes pontos de vista que serão confrontados com os referenciais teóricos da temática da pesquisa e com nossa interpretação.

MICROANALYSIS OF INTERACTIONS AMONG 2- TO 3-YEAR-OLD CHILDREN, TEACHER, AND RESEARCHER IN INSTITUTIONAL DAY CARE SETTING

Niina Rutanen (University of Helsinki, FFCLRP/USP)
Pesquisa concluída

In line with cultural psychology and developmental theory, a single case approach is applied to construct knowledge on how children's interaction emerge interlinked to historical, social, cultural, and material context. The study focuses on the negotiation of constraints and meaning construction among 2- to 3-year-old children, a preschool teacher, and the researcher

in settings where children were provided water to "play with". Water as an element offers a special case of cultural canalization: in everyday life, adults selectively monitor and guide children's access to it. The work follows the socio-cultural tradition in psychology, particularly the co-constructivist theory of human development and the Network of Meanings perspective developed at the University of São Paulo. Valsiner's concepts of Zone of Free Movement and Zone of Promoted Action are applied together with studies where interactions are seen as spaces of construction where negotiation of constraints for actions, emotions, and conceptions occur. The corpus was derived at one Finnish municipal day care centre. During a seven months period, children's actions were video recorded in small groups twice a month. The teacher and the researcher were present. Four sessions with two children were chosen for qualitative microanalysis; the analysis also addressed the transformations during the months covered by the study. Moreover, the data derivation was analyzed reflectively. The narrowed down arenas for actions were continuously negotiated among the participants both nonverbally and verbally. The adults' conceptions about children, as well as their expectations and intentions in relation to the research project were materialized in the arrangements of the setting canalizing the possibilities for actions. Children's co-regulated actions emerged in relation to the adults' presence, re-structuring attempts, and the constraints of the setting. Children co-constructed novel movements and meanings in relation to the initiatives and objects offered. Gestures, postures, and verbalizations emerged from the initially random movements and became constructed to have specific meanings and functions; meaning construction became abbreviated. The participants attempted to make sense of the ambiguous (explicit and implicit) intentions and fuzzy boundaries of promoted and possible actions: individualized yet overlapping features were continuously negotiated by all the participants. Throughout the months, children's actions increasingly corresponded adults' (re-defined) conceptions of "water researchers" as an

emerging group culture. Water became an instrument and a context for co-regulations. The study contributes to discussions on children as participants in cultural canalization and emphasizes the need for analysis in early childhood education practices on the implicit and explicit constraint structures for actions.

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA NA ANÁLISE DE INDICADORES EM DOCUMENTOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS

Tatiana N. de Souza & Mara Ignez Campos-de-Carvalho
(FFCLRP/USP)

Pesquisa concluída

Nos últimos trinta anos, aspectos tais como avanços legais relativos aos direitos das crianças, descobertas científicas sobre a importância de experiências enriquecedoras na infância para o desenvolvimento infantil, levaram a uma intensa produção de pesquisas e textos relativos à qualidade do atendimento infantil institucional. Dado o intenso intercâmbio de experiências e de literatura especializada, o presente estudo objetivou identificar o compartilhamento de indicadores de qualidade na educação infantil em textos de países de cultura ocidental. Através da análise temática de seis documentos oriundos do Brasil, da Comunidade Européia e dos Estados Unidos, identificaram-se os temas existentes em cada documento; cada tema, ou indicador, refere-se a uma prática educacional utilizada para atingir um atendimento de qualidade. Os temas ou indicadores de qualidade foram classificados em sete categorias temáticas, contendo 23 subcategorias, excludentes entre si: I – Política de Atendimento; II – Filosofia Institucional; III – Organização do Tempo e Atividades; IV – Organização dos Espaços; V – Relação Instituição-Família; VI – Relação Instituição-Equipe; VII – Interações. Dentre as cinco categorias temáticas (exceto

Política de Atendimento e Filosofia Institucional) compartilhadas pelos três locais de origem dos documentos, salienta-se Interações, pois todas as suas subcategorias foram compartilhadas (100%). Em seguida, considerando o número/porcentagem de subcategorias compartilhadas pelos três locais, encontram-se: Organização dos Espaços (80%), Relação Instituição-Família (67%) e Organização do Tempo e Atividades (60%). A última categoria compartilhada pelos documentos oriundos dos três locais, Relação Instituição-Equipe (25%), ao contrário das anteriores, chama a atenção devido ao maior número de não compartilhamento de suas subcategorias, pois a metade delas não foram compartilhadas, estando presentes em apenas um local de origem. Os resultados, evidenciando o compartilhamento da maioria das categorias temáticas construídas na análise dos documentos, demonstram que há um consenso, em países de cultura ocidental, no que hoje é tido como indicadores de qualidade no atendimento de crianças pequenas em instituições educacionais. É importante salientar que a existência deste compartilhamento não impede a manifestação das diferenças culturais, próprias de cada país, que estarão presentes, circunscrevendo as práticas educativas, desde a maneira como os adultos se relacionam com as crianças, até as atividades e brincadeiras que são desenvolvidas. Considerando que, ao se discutir a qualidade de atendimento infantil, há explícita ou implicitamente uma visão de desenvolvimento humano, foi realizada uma discussão das categorias temáticas identificadas no presente estudo, à luz dos sistemas ambientais de Bronfenbrenner. Verificou-se que as categorias temáticas Política de Atendimento e Filosofia Institucional exemplificam o *exossistema* e *macrossistema*, por influenciarem o atendimento infantil na creche. A categoria temática Relação Instituição-Família exemplifica o *mesossistema*, por abarcar os elos e processos que ocorrem em dois microssistemas, dos quais a criança participa (família e creche). As categorias temáticas Organização do Tempo e Atividades, Organização dos Espaços, Relação Instituição-Equipe e Interações

englobam indicadores de qualidade relativos ao *microsistema* creche, porém, os fenômenos que aí ocorrem são influenciados pelos contextos ambientais distais. Deste modo, ao se analisar a qualidade na educação infantil, deve-se considerar desde aspectos que podem ser trabalhados no contexto ambiental imediato – instituição educacional – até contextos mais distais. (CAPES, CNPq, FAPESP)

MESTRADO

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: DESAFIOS E SOLUÇÕES DOS SISTEMAS DE ENSINO E DOS PROFESSORES

Andréa Cristine Mesquita B. Thomé & Ana Paula Soares-Silva
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em Andamento

A temática da ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, em obediência à Lei Federal nº 11.274/2006, vem mobilizando olhares e produzindo posições antagônicas frente à obrigatoriedade da inserção da criança de seis anos no ensino fundamental. Alguns autores posicionam-se favoravelmente, ratificando as justificativas trazidas pelo ordenamento legal, sem, contudo, deixar de apontar para a necessidade de adequações e acompanhamento do processo. Um outro grupo de teóricos traz para a discussão questionamentos que vão, dentre outros, do despreparo da estrutura física até o risco da escolarização precoce da infância, significando a continuidade de um padrão educacional limitado em relação à diversidade de linguagens da infância. É nesse universo de discursos que se situam os sistemas de ensino. Neste contexto, este estudo tem como objetivo compreender, na concretude da implantação desta proposta, os *desafios* enfrentados e as *soluções* buscadas

pelos sistemas de ensino e pelos professores, principais executores dessa proposta, afetados tanto pelas exigências legais como pelos discursos acadêmicos que circulam sobre o tema. O *corpus* será constituído por questionários e entrevistas, aplicados em dois municípios do interior do Estado de São Paulo que estejam num processo de implantação do ensino fundamental de nove anos. Serão aplicados dois questionários: (1) o primeiro objetiva caracterizar os municípios com dados fornecidos pelas Secretarias de Educação; (2) o segundo será direcionado a todos os professores de cada município pesquisado. As entrevistas, semi-estruturadas, serão realizadas com 50% dos professores de cada município (n=17), abordando questões relativas a: *dificuldades* e *desafios* encontrados; *soluções* individuais e coletivas construídas no processo de elaboração e execução da proposta pedagógica junto à criança de seis anos; *interlocuções* construídas no processo de inserção da criança dessa faixa etária; reconhecimento do material de orientação do MEC; *impressões* a respeito dos subsídios teóricos e estruturais para o trabalho com a criança; *formação prévia* e *atual* para o trabalho com esta criança; articulação ou não com a educação infantil; *nível de participação* para a escolha com essa faixa etária; *supervisão* e acompanhamento do trabalho realizado; *participação* na elaboração da proposta pedagógica para a criança de seis anos. A análise será feita com base na perspectiva da Rede de Significações a qual pressupõe que as categorias de análise e os eixos temáticos são construídos no processo de diálogo que se estabelece com o material.

A QUALIDADE NEGOCIADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONHECENDO AS DIFERENTES CONCEPÇÕES

Bruna Calefi Gallo & Ana Paula Soares-Silva (FFCLRP/USP)

Pesquisa em Andamento

O termo "educação de qualidade" aparece com muita frequência em discursos políticos e propagandas de escolas privadas e é utilizado como se fosse um conceito universal e conhecido por todos. Ainda que a qualidade apareça como um conceito universal e descontextualizado, esvaziado de sentido nas discussões, as escolas brasileiras, especialmente as públicas, têm o dever constitucional de oferecer à população uma educação de qualidade. É nesse antagonismo que o debate e a investigação sobre a qualidade da educação pública aparecem. Dentre as diversas concepções de qualidade da educação, a concepção pautada no que se convencionou chamar de "qualidade negociada" baseia-se no princípio de que a avaliação deve ter como referência as reflexões sobre a realidade de cada instituição a partir da participação de todos os seus atores. Com base nessa perspectiva, o trabalho pretende investigar quais concepções de qualidade emergem dos diferentes atores da comunidade de uma instituição de educação infantil quando um instrumento de avaliação da qualidade, sob a ótica da qualidade negociada, é introduzido na instituição. A pesquisa será realizada em uma escola de educação infantil da rede municipal de Ribeirão Preto. A coleta de dados acontecerá em três momentos: (1) atividades de desenho e de roda de conversa com as crianças; (2) reunião coletiva com os pais a fim de promover uma discussão pautada em um roteiro com questões sobre alguns aspectos da instituição; (3) debate entre os profissionais da escola, também seguindo um roteiro de discussão. O roteiro será elaborado principalmente a partir de dois documentos: Parâmetros de Qualidade, do MEC, e Indicadores de Qualidade na Educação, da Ação Educativa. As sessões serão gravadas e transcritas. Para o tratamento do material e a análise, propõe-se a construção e definição de alguns eixos temáticos. A presente pesquisa visa contribuir para a compreensão das diversas concepções de qualidade da educação que existem dentro de uma mesma comunidade escolar e, a partir desta compreensão, ampliar a busca por essas qualidades.

(RE)PRODUÇÃO DA CULTURA ESCOLAR NO CONTEXTO DE AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA 9 ANOS

Delma Bezerra & Ana Paula Soares-Silva (FFCLRP/USP)
Pesquisa em Andamento

Neste projeto, tem-se como pressuposto que a escola é um espaço importante de (re)produção da cultura, que possui um duplo caráter instrumental: de manutenção e de transformação do sistema. Essa consideração situa nossa perspectiva no diálogo com uma questão central da educação, quer seja, qual o papel da escola no processo de transformação social e mais, que possibilidades de transformação são dadas dentro do espaço escolar, considerando-se os limites impostos pelo sistema de produção sócio-econômico mais amplo do qual ela faz parte. Os sistemas educacionais brasileiros e suas respectivas unidades escolares vivem um momento muito importante de mudança do ensino fundamental. Essa modificação decorre das determinações aprovadas na Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que fez aprovar a proposta de ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos, com a inclusão das crianças de 6 anos. Essa mudança legal afeta o cotidiano e a cultura das instituições, provocando a necessidade de mudanças não apenas concretas como também simbólicas. Compreender as relações entre o velho e o novo, nesse momento, parece-nos uma oportunidade ímpar para a investigação dos modos como operam os processos de (re)produção da cultura escolar. Com base nessas considerações, propõe-se estudar o processo de (re)produção da cultura escolar no contexto de ampliação do ensino fundamental para 9 anos. O corpus será construído a partir da pesquisa em uma escola que já vem atendendo as crianças de 6 anos. O foco de investigação se concentrará no currículo e em discussões provocadas em um grupo com professores. Em relação aos professores, pretende-se promover dois encontros que serão gravados em fita cassete e relatados em caderno de campo. Os eixos de discussão nos encontros serão: (1) mudanças e continuidades da cultura

escolar; (2) mudanças propostas pelo ensino fundamental de 9 anos e a concretização de um novo currículo. A análise dos dados se dará de acordo com os pressupostos metodológicos da RedSig. O currículo do antigo ensino fundamental de 8 anos e o atual de 9 anos serão analisados a partir de dois eixos: concepção de infância e de ensino. Os dados coletados a partir das discussões do grupo focal serão mapeados e categorizados de forma que possibilite a apreensão do grupo sobre as mudanças e as continuidades da cultura escolar.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA NO COTIDIANO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Luciana Pereira de Lima & Ana Paula Soares-Silva
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

A Constituição Federal do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente determinam que a responsabilidade pela defesa dos direitos da criança deve ser compartilhada por todos os segmentos sociais, incluindo as instituições educativas. Neste sentido, e considerando sua finalidade de promoção do desenvolvimento integral da criança, cabe também à Educação Infantil contribuir para o enfrentamento da violência contra a infância. O presente projeto, neste contexto, tem como objetivo investigar como profissionais de creche significam e lidam com a questão da violência doméstica contra a criança, buscando compreender seus saberes, conflitos e dificuldades acerca dessa temática. As instituições alvo da pesquisa foram duas creches localizadas em Ribeirão Preto/SP: uma que não tinha realizado denúncia ao Disque Denúncia e/ou Conselho Tutelar (creche A) e outra que já havia notificado ao Disque Denúncia (creche B). Para escolhermos as instituições, foi realizado um levantamento junto aos órgãos de proteção citados. Os procedimentos empregados para a coleta de dados nas creches foram: (1) observação participante; (2) análise de documentos

institucionais; (3) entrevistas com representantes das várias categorias profissionais (8 na creche A e 9 na creche B). A metodologia de coleta e análise dos dados ancorou-se nos pressupostos da Rede de Significações. A análise dos dados apontou que, dos 507 casos notificados no Conselho Tutelar (Out.2005 - Set.2006), 26,4% foram relativos à violência doméstica, dos quais a maioria (23,9%) remetia à faixa etária de 0 a 3 anos. No período, não houve notificação realizada pela Educação Infantil. O Disque Denúncia, no mesmo período, recebeu 1.439 notificações, sendo 1 realizada por creche (creche B). A análise de 3 entrevistas da creche B aponta que aconteceram outros casos de violência doméstica identificados pelos professores, sendo relatados 5 deles. Destes, 3 foram até agora explorados na análise: Bianca (violência física/corte dos pulsos); Alexandre (violência física); Viviane (violência sexual). A estratégia utilizada pelas funcionárias, nesses casos, consistiu em buscar informações junto às crianças. Apesar de haver resistência, as vítimas relataram o agressor e suas experiências de violência. O Conselho Tutelar não foi acionado, sendo que o procedimento de conversar com as famílias foi adotado nos casos de Bianca e Alexandre. Apesar dessa prática ser realizada e defendida, em algumas circunstâncias, foi avaliada como ineficaz e insuficiente. A relação creche-criança-família parece ter sido permeada por dificuldades para os envolvidos, sendo que Bianca e Viviane foram retiradas da instituição. Além da violência doméstica, outra temática que constituiu importante questão de análise foi a *violência institucional*. Algumas ações violentas dirigidas às crianças parecem ser aceitas e incentivadas nas creches e interpretadas como atos de não-violência. Tal fato pode refletir em uma tolerância às ações violentas familiares. (FAPESP)

O MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mara Isis de Souza & Ana Paula Soares-Silva (FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

A sociedade ocidental contemporânea tem acompanhado várias mudanças com relação aos papéis de gênero. Não só as mulheres vêm ocupando espaços que por muito tempo foram considerados masculinos, como os homens também começam a ocupar posições que se construíram sócio-historicamente como femininas, dentre elas, a profissão de educador infantil. A entrada do homem neste espaço vem ao encontro de um movimento de igualdade de direitos entre os gêneros, incluindo o de maior participação do homem no cuidado à criança pequena. Mas esta inserção ocorre timidamente, mesmo em países com políticas de incentivo neste sentido. No Brasil, os poucos estudos existentes apontam um quadro ainda mais tímido, com a presença do homem nas instituições de educação infantil ligada, na maioria das vezes, ao exercício de tarefas culturalmente consideradas masculinas, como zeladoria, vigilância e direção. Neste contexto, este estudo pretende mapear a presença masculina nas instituições de educação infantil do Sistema Municipal de Ensino de Ribeirão Preto e analisar de que maneira esta inserção vem se dando, sob o ponto de vista dos educadores, da direção e das famílias. A partir de uma compreensão de que a forma como se dá a inserção destes profissionais nestas instituições é pautada nas práticas discursivas e nas relações que estes estabelecem, especialmente no interior da instituição, a partir das quais eles se (re)constroem e (re)significam sua prática, será utilizada como perspectiva teórica a Rede de Significações. A construção do *corpus* de pesquisa será feita em três momentos: (1) mapeamento da inserção masculina nas instituições de Educação Infantil, verificando não só em quais instituições há homens trabalhando, mas também qual a função exercida por eles neste espaço, a partir do que será feita a escolha de uma das instituições para um estudo do processo de inserção do homem como educador; (2) visitas e observações, com

registros em caderno de campo, das práticas e relações estabelecidas pelo educador, no dia-a-dia da instituição, com as crianças, com os pais, com os colegas e a direção; (3) entrevistas semi-estruturadas com os atores envolvidos neste processo, a serem gravadas em áudio e transcritas na íntegra, com registro de informações contextuais em caderno de campo. A análise do material será orientada por eixos temáticos, definidos inicialmente em função do diálogo com a literatura, para serem depois redefinidos a partir de uma imersão no contexto estudado e de exaustivas leituras do material. A expectativa é que os conhecimentos produzidos neste estudo possam contribuir para a escassa produção acadêmica na área e, ao mesmo tempo, trazer elementos que possam auxiliar na compreensão do processo em foco.

AValiação DA QUALIDADE DE AMBIENTES EDUCACIONAIS PARA CRIANÇAS DE 12-30 MESES

Scheila Machado Silveira & Mara Ignez Campos-de-Carvalho
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em Andamento

A partir do momento em que a creche deixa de pertencer à rede de assistência social e passa a fazer parte do sistema educativo, o Estado depara-se com o desafio de estabelecer parâmetros de qualidade e critérios de avaliação do atendimento oferecido às crianças de zero a seis anos. Desta maneira, uma avaliação instrumentalizada da qualidade de ambientes de creches pode auxiliar nesta tarefa. Dada a inexistência de instrumentos brasileiros para tanto, este projeto se propõe a analisar os seguintes parâmetros psicométricos da versão traduzida de uma escala norte-americana, utilizada internacionalmente (Infant/Toddler Environment Rating Scale – Revised Edition): análise semântica, análise de precisão e o poder de discriminabilidade da escala. A escala será aplicada em quatro turmas de crianças (12-30 meses), uma de cada tipo

de creche (universitária, privada, pública e filantrópica) de Ribeirão Preto-SP. Os 39 itens componentes da escala são agrupados em sete sub-escalas, que contemplam diversas dimensões do ambiente infantil: Espaço e mobiliário (5 itens); Rotinas de cuidados pessoais (6 itens); Falar e compreender (3 itens); Atividades (10 itens); Interação (4 itens); Estrutura do programa (4 itens); Pais e equipe (7 itens). São feitas observações nas várias áreas da creche, durante as atividades rotineiras das crianças com suas educadoras. Com base nas condições observadas e nos descritores contidos na escala, o avaliador atribui uma pontuação de 1 (inadequado) a 7 (excelente) para cada item. O presente estudo engloba três etapas: (1) análise semântica; (2) treinamento e familiarização com a escala; (3) aplicação da escala (para verificação da precisão e discriminabilidade da escala). Parte da Etapa 1 já foi cumprida (opinião da aluna-pesquisadora se a sentença escrita em cada indicador expressa claramente o que deve ser observado para atribuição de escore ao item), devendo ser realizada uma comparação entre todos os participantes e posterior análise dos acordos e desacordos. Neste momento, a pesquisa se encontra na segunda etapa, que consistiu em ler atentamente o material, assistir ao vídeo de treinamento e vivenciar situações reais de aplicação do instrumento. Neste último segmento do treinamento, a escala foi aplicada em cinco turmas de crianças (9-30 meses) da Creche Carochinha/USP-RP, por duas observadoras concomitantes (alunas em treinamento), para verificar o acordo entre elas. Obteve-se 58% de concordância, cuja análise dos desacordos indicou: (1) problemas relacionados à semântica de alguns itens, levando a diferentes interpretações das observadoras; (2) ausência na escala sobre alguns termos específicos; (3) subjetividade das observadoras. A concordância obtida indica a necessidade da continuidade do treinamento em situação real, antes do início da Etapa 3, considerando que o critério para sua finalização é, no mínimo, 70% de acordo. (CAPES, CNPq)

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

AValiação DE AMBIENTES INFANTIS: UM ESTUDO SOBRE A INFANT/TODDLER ENVIRONMENT RATING SCALE – REVISED EDITION

Juliana Bezzon da Silva, Tatiana N. Souza & Mara Ignez
Campos-de-Carvalho (FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

Dada a inexistência de instrumentos brasileiros para avaliar a qualidade do atendimento infantil em creches, este projeto está inserido em um estudo inter-regional sobre a adequabilidade da escala para avaliar a qualidade de ambientes de creche de cidades de diferentes Estados do Brasil (São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Recife). O objetivo do presente estudo é analisar os seguintes parâmetros psicométricos na escala já traduzida (denominada de *Escala de Avaliação de Ambientes Coletivos para Crianças de 0 a 30 meses - Edição Revisada*): (a) contribuir para análise semântica da escala; (b) realizar uma análise de precisão da escala; (c) analisar a eficácia do instrumento para discriminar a qualidade do atendimento infantil em creches com gestão administrativa diferente (filantrópica, particular e municipal). A escala será aplicada em três turmas de crianças (12-24 meses), de três tipos de creches – pública, filantrópica e privada – de Ribeirão Preto-SP. A escala é composta por 39 itens, agrupados em sete sub-escalas: Espaço e mobiliário (5 itens); Rotinas de cuidados pessoais (6 itens); Falar e compreender (3 itens); Atividades (10 itens); Interação (4 itens); Estrutura do programa (4 itens); Pais e equipe (7 itens). Com base nas condições observadas (em várias situações, durante atividades rotineiras das crianças com suas educadoras) e nos descritores contidos na escala, o avaliador atribui uma pontuação de 1 (inadequado) a 7 (excelente) para cada item. Os escores obtidos em cada turma de crianças são analisados de acordo com as normas da escala,

buscando verificar a sensibilidade da escala em discriminar aspectos ambientais que necessitam de intervenção para melhorar a qualidade do atendimento oferecido. Esta pesquisa engloba quatro etapas: (1) análise semântica; (2) treinamento e familiarização com o instrumento; (3) análise da precisão da escala, através da aplicação da escala em uma turma de crianças pela aluna-pesquisadora e por um avaliador experiente; (4) aplicação da escala e análise dos resultados. Até o momento, foram cumpridas a primeira etapa do presente estudo (análise semântica – opinião da aluna-pesquisadora se a sentença escrita em cada indicador expressa claramente o que deve ser observado para atribuição de escore ao item) e a segunda etapa, leitura atenta da escala, vídeo de treinamento e as primeiras aplicações da escala – a escala foi aplicada em cinco turmas de crianças (9-30 meses) da Creche Carochinha/USP-RP, por duas observadoras concomitantes, para verificar o acordo entre elas. Até o momento, obteve-se uma concordância de 58% entre duas alunas-pesquisadoras; considerando que o critério para sua finalização é, no mínimo, 70% de acordo, há necessidade de continuidade do treinamento, antes de se iniciar a próxima etapa. Na análise dos desacordos, verificou-se: (1) compreensão semântica diferente das observadoras, em alguns itens; (2) ausência na escala de esclarecimentos sobre alguns termos específicos; (3) subjetividade das observadoras. Este estudo contribuirá na verificação da adequabilidade da escala ao contexto brasileiro, dada a necessidade de disponibilizar seu uso para análise de qualidade do atendimento infantil em creches. (CNPq)

A CRECHE DOMICILIAR EM UM CONTEXTO DE OMISSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CARACTERIZAÇÃO E SIGNIFICAÇÕES DESSE ATENDIMENTO

Lígia Perez Paschoal & Ana Paula Soares-Silva
(FFCLRP/USP)
Pesquisa em Andamento

A Educação Infantil brasileira é marcada por uma série de avanços e retrocessos e por uma clara distinção entre as instituições destinadas aos filhos das famílias ricas e aquelas oferecidas às crianças provenientes de famílias pobres. Atualmente, essa diferença pode ser explicada pela ausência de políticas públicas para essa área, fato que se contrapõe a todos os avanços legais conquistados nas últimas décadas do século XX. Este trabalho parte do pressuposto de que o olhar sobre as creches domiciliares, modalidade de atendimento à pequena infância em que uma mulher toma conta em sua própria casa das crianças do bairro (geralmente situados na periferia), expõe os impasses das políticas públicas para a Educação Infantil, visto que as pesquisas realizadas anteriormente acerca dessa problemática apontam para a baixa qualidade dos serviços prestados por este modelo. Esta pesquisa tem por objetivo caracterizar o atendimento de uma creche domiciliar e compreender como os diferentes atores (responsáveis pela criança, “mãe-crecheira” e criança) descrevem e significam o atendimento oferecido às crianças, suas facilidades, dificuldades e limitações. Por meio da escuta dos diferentes atores de uma creche domiciliar, assim como do conhecimento sobre a sua dinâmica e seu funcionamento, pretende-se refletir acerca das possibilidades de intervenção na (não) política pública para a Educação Infantil no município de Ribeirão Preto. Para tanto, escolheu-se um bairro do município de Ribeirão Preto com alta demanda por instituições de Educação Infantil e, posteriormente, uma creche domiciliar em específico. A rotina dessa creche domiciliar foi acompanhada semanalmente por cerca de três meses, assim como foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com alguns pais, crianças e a “mãe-crecheira”. Atualmente, a pesquisa encontra-se em fase final de coleta de dados e início da análise destes. (FAPESP)

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE REGISTROS NA CRECHE CAROCHINHA – PORTIFOLIO?

Ana Maria Mello, Rosa Virginia Pantoni & Regina Teles
(Creche Carochinha - COSEAS/USP)

Essa apresentação mostrará registros feitos com pequenos textos e vídeos, desenhos, e fotos recolhidos predominantemente pelos educadores. Há vários níveis de edição. Alguns educadores conseguem produzir com textos mais sintéticos, o processo de um projeto desenvolvido com uma turma de crianças. Outros sintetizam ações educativas utilizando fotos e alguns registros das crianças. As edições são variadas, é possível ver “publicações” feitas com TNT, papelão, papel ondulado, cartonado etc. Eles são instrumentos de formação para os nossos educadores. Desse modo seus objetivos são: registrar os fazeres com as crianças; socializar experiências educativas com as famílias e outros professores e formação continuada do educador. Nesse momento os portfólios ainda não são, obrigatoriamente, resultado de pesquisas, de estudo mais profundo sobre um tema investigado por professores e seus alunos. Ele serve ainda, como uma modalidade de avaliação para a Equipe Técnica na medida em que tem como objetivo sintetizar práticas, fazeres na educação e no cuidado coletivo. Os temas são escolhidos a partir das orientações dos documentos de princípios e critérios de qualidade da Creche Carochinha, o educador deve planejar os conteúdos escolhidos para cada faixa etária, respeitando as metas estabelecidas. Os educadores, após as primeiras semanas com o grupo de crianças, organizam debates em suas supervisões sobre a escolha desses conteúdos. Esses debates muitas vezes são fruto das observações das ações e fala das crianças. Outras vezes são resultado de conteúdos já

trabalhados com as crianças em ano anterior, em determinada faixa etária ou ainda conteúdos que necessitam de continuidade. Para a escolha de quais serão as Ações Educativas registradas e organizadas em portfólios, ainda há uma prática aleatória. Como os educadores devem escolher apenas duas Ações Educativas a tendência é que registrem aquela Ação que mais os agradou. Como acreditamos que a estratégia de portfólio é formativa estamos buscando critérios de avaliação do processo de construção de conhecimento, dos educadores, das crianças e das famílias. Questionamos ainda, se podemos denominar o produto desse processo de formação de portfólio, já que esse material não tem a pretensão de ser *resultado de pesquisas e/ou estudos mais profundos sobre um tema investigado pelos adultos e crianças*; ele serve muito mais como uma modalidade de avaliação para a Equipe Técnica na medida em que tem como objetivo sintetizar práticas, fazeres na educação e no cuidado coletivo. Acreditamos que é dessa forma que estamos anualmente construindo e reconstruindo o nosso currículo.

OFICINA DE REGISTROS - TECENDO O TEXTO

Ana Maria Mello
(Creche Carochinha - COSEAS/USP)

Esse painel tem como objetivo apresentar um trabalho de formação continuada desenvolvido na Creche Carochinha durante o ano de 2007 junto às educadoras que cuidam e educam as crianças abaixo de 3 anos. Para essa modalidade de formação o grupo de 15 educadores e 3 técnicos foi subdividido em dois grupos – matutino e vespertino. Para tanto organizamos seis encontros de 2 horas para cada grupo, totalizando 24 horas de formação. O objetivo foi instrumentalizá-los, buscando a análise do próprio registro diário, para tecer o texto de forma que pudéssemos utilizá-lo em *murais informativos e fichas técnicas*. O conjunto dos temas produzidos trouxe um horizonte possível para

sistematizar práticas de cuidado e educação de ações que são interpretados como grandes desafios, particularmente para unidades de educação em tempo integral. Os problemas apresentados nas oficinas não foram negados, foram acolhidos e tratados de forma que a análise fosse transformada em pequenas fichas. Esse diálogo, entre o que se pensa e o que se faz, no cotidiano da Creche, foi fundamental para os educadores exercitarem seus registros, valorizando suas ações diárias, como também compreendendo os percursos de suas idéias na hora de escolher o que registrar. As fichas foram publicadas mensalmente na Revista Guia Prático para Professores de Educação Infantil - Editora Lua, SP. Os textos tecidos foram:

O espaço interno - descreveu alguns arranjos espaciais em áreas internas; **O espaço externo** - descreveu alguns arranjos espaciais na área externa; **O banho de sol** - apresentou alguns passos para um banho de sol interativo; **Contando histórias** - apresentou diferentes idéias para contar histórias; **O tapete marcador** - apresentou como se faz um tapete que marca tempo, conta histórias e causos; **Espelho, espelho Meu ou EU?** - apresentou brincadeiras e situações educativas com espelhos de diferentes tamanhos e formas; **O canto que conta tanto** - apresentou arranjos espaciais temáticos; **O amigo da turma e o bicho de estimação** - apresentou os passos para o cuidado continuado dos bichos de estimação; **A linguagem musical** - apresentou algumas idéias para ouvir e compor diferentes arranjos musicais com as crianças; **A linguagem plástica** - apresentou receitas de diversas tintas comestíveis, como também idéias para organizar oficinas; **Murais e painéis** - apresentou vários modelos de murais e painéis para diferentes funções interativas entre os adultos e as crianças; **Exposição interativa** - apresentou dicas de exposição que inclui a participação das crianças, seus pais e educadores. O painel apresentará essas fichas e seus autores.

O USO DE EMBALAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: TRABALHO COM RÓTULOS PERMITE QUE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS TENHAM UMA NOVA OPORTUNIDADE DE EXPLORAR A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA DE MANEIRA LÚDICA E CRIATIVA

Rodrigo Humberto Flauzino
(Creche Carochinha - COSEAS/USP)

Este trabalho relata uma experiência pedagógica desenvolvida com uma turma de 19 crianças, entre 4 e 5 anos de idade, realizada em 2007. Seu objetivo consistiu em planejar situações educativas que garantissem condições para que o grupo fosse usuário da língua, explorando o prazer da leitura e da escrita. A partir de um ambiente de letramento com atividades significativas e interessantes de escrita e leitura, capazes de favorecer o acesso das crianças a esses objetos de conhecimento, desenvolvemos o trabalho chamado "No embalo das embalagens". Embalagens e rótulos são objetos presentes em nosso cotidiano. Eles estão em nossas casas, supermercados e em tantos outros lugares. Na Creche e Pré-escola Carochinha - COSEAS/USP, localizada no *campus* de Ribeirão Preto, as crianças também têm facilidade em encontrá-los, pois tais materiais estão acessíveis em suas brincadeiras, na confecção de brinquedos, nos enfeites da decoração dos ambientes externos e internos da instituição e também em outros fins. Atividades com rótulos, excelentes portadores de textos, permitiram que as crianças da turma explorassem a linguagem oral e escrita através das palavras, textos e imagens, como também por meio de jogos e confecção de personagens com sucata. Para que as crianças tivessem um contato maior com esses materiais, nós, professores, organizamos situações educativas periódicas, nas quais inúmeras ações foram desenvolvidas. Bonecos feitos com caixas e encartes de supermercado serviram como amigos apresentadores de atividades e mediadores das aprendizagens; solicitações para que as famílias nos enviassem embalagens vazias consistiram em eficientes ações, assim como as conversas feitas com as crianças em

torno do exercício da cidadania na condição de consumidores ou, ainda, sobre as características presentes nos potes e latas, tais como: a data de validade e o telefone do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC). Representações gráficas das embalagens e seus elementos – símbolos, paisagens –, bem como brincadeiras e jogos simbólicos de supermercado, permitiram que a meninada se aventurasse na descoberta lúdica do universo das embalagens. Jogos da memória e quebra-cabeças desafiaram seus raciocínios lógicos acerca das palavras e logomarcas dos produtos e muito mais. Consideramos que o investimento na linguagem escrita na educação infantil, com base no trabalho com rótulos, partiu de contextos significativos para as crianças, assegurando-lhes ambientes afetivos e desafiantes para o desenvolvimento de boas aprendizagens. Durante a avaliação do trabalho, foi possível notar a construção dessa aprendizagem nas falas das crianças como, por exemplo, no caso do garotinho que comentou: *“Eu gostei de ver o telefone da embalagem do suco, porque se eu comprar um e vê que a cor do suco não tá boa, a gente liga lá”*.

OUTROS TEMAS

SALA DE DESCANSO EM EMPRESAS DE TELEMARKETING E AFASTAMENTOS POR DOENÇAS LABORAIS

Victor Hugo de Almeida & Mara Ignez Campos-de-Carvalho
(FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

Para sistematizar a produção, majorar a produtividade, suprimir gastos e economizar tempo, empresas aderiram ao *telemarketing*, principal atividade terceirizada no Brasil e uma das principais empregadoras do país (650 mil teleoperadores).

Entretanto, doenças desencadeadas pela atividade laboral são freqüentes em teleoperadores, fato que tem motivado empresas a buscarem recursos no próprio ambiente laboral para modificar esse quadro, como a implementação de uma sala de descanso para seus funcionários. O presente trabalho tem por objetivo verificar, junto a teleoperadores e supervisores de *telemarketing*, o uso da sala de descanso implementada na empresa e suas opiniões sobre a relação entre uso e afastamentos por doenças laborais. Realizou-se, primeiramente, um estudo piloto com 15 teleoperadores (10 mulheres e 5 homens), resultando em algumas alterações no questionário. Participaram da pesquisa até o momento, fora do ambiente e expediente de trabalho, 64 teleoperadores (38 mulheres e 26 homens), salientando-se os seguintes aspectos: 52% (33) entre 18-25 anos; 72% (46) solteiros; 37% (24) com ensino médio completo; 67% (43) laboram no turno manhã/manhã-tarde; entre 2004-2007, 58% (37) iniciaram na atividade de *telemarketing* e, nesse mesmo período, 61% (39) ingressaram nessa empresa em que atualmente trabalham. Os participantes responderam por escrito e individualmente a um questionário escrito, composto por 12 questões, cinco abertas, cinco fechadas e duas mistas, além de questões factuais (idade, sexo, estado civil, filhos, jornada de trabalho, ano de início na empresa e no *telemarketing* e nível escolar), abordando os seguintes temas: opinião sobre o ofício; atividades durante o intervalo para refeição/descanso; uso da sala de descanso e freqüência; ocorrências de afastamento por motivos de saúde antes e após a implementação da sala de descanso; relação entre a sala e ocorrências de doenças laborais. As respostas fornecidas evidenciaram que: (1) a maioria indica que a atividade é estressante (para 48% dos participantes) ou com momentos tranquilos e outros estressantes (para outros 48%); (2) poucos descansam no trabalho (28% às vezes, 28% raramente e 27% nunca); (3) durante o curto intervalo para refeição e descanso (15 minutos), a maioria freqüentemente permanece no refeitório (66%); (4) poucos (12%) utilizam a sala de descanso freqüentemente, sendo que 22% dos participantes nunca a

utilizaram; (5) dentre os 8 que indicaram o uso da sala de descanso, 50% a utilizam para relaxamento e outros 50% para interação com colegas; (6) cerca da metade dos teleoperadores (56%) nunca se afastaram, porém 61% dos participantes entraram na empresa a partir de 2004. A coleta ainda compreende entrevista individual semi-estruturada com três supervisores de *telemarketing*, prepostos da empresa, que serão gravadas em áudio e posteriormente transcritas, confrontando-se os dados levantados e organizados em categorias temáticas com aqueles fornecidos pelo questionário. (CAPES, CNPq)

Eixo II - Políticas da infância e juventude: adoção, acolhimento familiar e abrigo

PÓS-DOCTORADO

PROGRAMAS DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Nina Rosa do Amaral Costa & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

O acolhimento familiar constitui-se como medida sócio-protetiva, que possibilita a criança/adolescente que vivencia situações de violação de direitos no âmbito familiar, ser colocado sob a guarda de outra família (selecionada, cadastrada e treinada), que o acolherá por um período, evitando a institucionalização. Paralelamente, as causas do afastamento devem ser trabalhadas junto à família de origem objetivando a reintegração familiar. Embora o acolhimento familiar enquanto prática social não seja algo novo no Brasil, estando associado à circulação de crianças, agora ele é proposto como uma ação de atendimento à criança/adolescente necessitado de proteção, devendo ter suporte legal e acompanhamento técnico, o que constitui experiência ainda não vivenciada na história do país. Com base na Política Nacional de Assistência Social e no Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, ele é reconhecido como parte integrante das políticas a serem implantadas no país e como estratégia que objetiva a reintegração familiar. Assim, enquanto um programa, que integra as políticas de proteção especial às crianças/adolescentes em vulnerabilidade, ele precisa ser discutido sob diferentes ângulos. O presente projeto de pós-doutorado objetiva conhecer como os programas de acolhimento familiar estão se estruturando no Estado de São Paulo e quais as significações de vínculo afetivo e família

acolhedora os atravessa. A perspectiva teórico-metodológica da *Rede de Significações* norteia a construção e análise do *corpus* de pesquisa. O *corpus* empírico foi construído em duas fases, sendo que neste painel são apresentados os resultados da primeira fase da pesquisa: o mapeamento dos programas de acolhimento familiar implantados no Estado de São Paulo. O estudo foi realizado através de visitas e questionários semi-estruturados enviados aos programas que levantaram indicadores relativos às famílias de origem, às famílias acolhedoras, aos acolhidos, às equipes e à cobertura dos programas. Nesta etapa, foram identificados 14 programas de Acolhimento Familiar em andamento; 7 cidades afirmaram estar em fase de elaboração de projeto e 11 cidades tiveram alguma experiência que denominavam como Acolhimento Familiar, que foram encerradas por diferentes motivos. O tempo de implantação dos programas variou de 17 anos a 6 meses; geralmente as coordenações são assumidas pelo Poder Executivo, mas a execução se dá num trabalho de rede entre diferentes parceiros institucionais; as equipes são formadas por psicólogos e assistentes sociais; há poucos recursos financeiros de manutenção dos projetos. As famílias de origem não recebem recursos financeiros e, na maioria dos programas, não são acompanhadas diretamente pela equipe, sendo a drogadição dos pais um dos principais problemas enfrentados. As famílias acolhedoras são de difícil captação, geralmente são casais com filhos, com um bom nível de escolarização, com motivações solidárias ou religiosas para acolher. Recebem uma bolsa por criança acolhida. Dentre os acolhidos, vale ressaltar, que a maioria está entre 0-6 anos de idade e, posteriormente ao acolhimento, a maioria é reintegrada à família de origem. Acreditamos que essa pesquisa espelhe o estado atual do acolhimento familiar em nosso estado, como também ajude na reflexão de políticas públicas na área. (FAPESP, CNPq)

SIGNIFICAÇÕES SOBRE VÍNCULO AFETIVO E FAMÍLIA PRESENTES ENTRE TÉCNICOS DE PROGRAMAS DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Nina Rosa do Amaral Costa & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

Os programas de acolhimento familiar de crianças/adolescentes têm ganhado espaços importantes de discussão no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas nacionais e locais, passando a ser reconhecido como parte integrante das ações de assistência a serem implantadas em todo país e como estratégia que evita a institucionalização e objetiva a reintegração familiar. Como um programa de atenção às crianças/adolescentes em vulnerabilidade social, ele merece a atenção de pesquisadores sociais, especialmente da área da Psicologia do Desenvolvimento. O presente projeto de pós-doutorado objetivou conhecer como os programas de acolhimento familiar se estruturam no Estado de São Paulo e quais as significações de vínculo afetivo e família acolhedora são compartilhadas pelos técnicos que atuam nesses programas. Instiga-nos saber como eles concebem a possibilidade da criança/adolescente vincular-se a uma ou mais famílias de acolhimento e depois se separar. E ainda, como manter o vínculo com a família de origem? Se por um lado as teorias psicológicas falam a favor da importância da construção de vínculos afetivos duradouros para o desenvolvimento psicossocial saudável, como fica a significação de vínculo em um contexto familiar que é provisório? A perspectiva teórico-metodológica da *Rede de Significações* norteia a construção e análise do *corpus* de pesquisa. O *corpus* empírico foi construído em duas fases, sendo que neste painel são apresentados os resultados da segunda fase da pesquisa, que selecionou dois programas de acolhimento familiar em andamento para uma investigação qualitativa mais aprofundada. Buscou-se dar visibilidade às significações sobre família acolhedora, construção e estabelecimento de vínculos afetivos entre a criança ou

adolescente e a família acolhedora, a partir da ótica dos técnicos envolvidos na colocação e acompanhamento do acolhimento (psicólogos e assistentes sociais). Assim, foram realizadas 11 entrevistas semi-estruturadas com os técnicos dos programas de Franca e Campinas. Pode-se apontar que, em sua maioria, os técnicos julgam-se desconhecedores do assunto, sem referenciais teóricos que possibilitem diferenciações entre apego e vínculo afetivo. Acreditam que o estabelecimento de vínculos entre a criança/adolescente e a família acolhedora é um forte argumento para a criação dos programas, mas também um aspecto dificultador no acompanhamento do processo de acolhimento. Afirmam que só existe acolhimento verdadeiro quando esse vínculo acontece, e que é difícil ter critérios para avaliá-los. A família biológica é considerada como também necessitada de acolhimento e como o local de pertencimento da criança/adolescente. A família acolhedora é entendida como capaz de cuidar e acolher, solidária e sem o desejo de “possuir” a criança/adolescente. Considera-se que a pesquisa auxilie na reflexão de questões-chaves envolvidas nessa medida de acolhimento e proteção à criança e adolescentes sob violação de direitos, subsidiando a prática dos profissionais que atuam na área. (FAPESP, CNPq)

CRIANÇA ADOTADA: UM FRACASSO NA ESCOLA? ESTUDO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS 'DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM' EM CRIANÇAS ADOTIVAS

Sueli C. Pauli Teixeira & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

Algumas pesquisas fazem referência direta aos problemas de aprendizagem escolar de crianças com curto ou longo tempo de institucionalização e/ou adotivas. A literatura psicopedagógica também aponta sintomas diversos

apresentados por crianças, os quais influenciam a não aprendizagem: dificuldades na estruturação egóica, baixa auto-estima, rebaixamento intelectual, problemas de comportamento, hiperatividade, desatenção. Entretanto, esses problemas não são descritos em quantidade e profundidade, denunciando que sobre a questão há um vácuo, indicando a necessidade de realização de estudos específicos. Baseando-nos em pressupostos teóricos e metodológicos da *Rede de Significações*, nosso objetivo é investigar o processo de construção das “dificuldades de aprendizagem” em crianças adotivas, mapeando as diversas significações que podem existir nesta situação, que contribuem ou não para a instalação de tais dificuldades. Para atingir nossos objetivos, a coleta de dados, ainda em andamento, deverá ser bastante ampla, constituindo-se de entrevistas semi-diretivas e semi-estruturadas e da criação de narrativas com as crianças, seus pais e professores, diferentes protagonistas envolvidos nesse processo e de notas de campo, para o registro das impressões da pesquisadora quanto ao contexto, relações crianças-famílias, e crianças – professores. Anteriormente aos procedimentos acima citados, constatou-se a necessidade de sabermos se isto era observado por professores e/ou coordenadores de escolas de Ensino Fundamental, mais especificamente entre crianças de 9 a 14 anos. Solicitamos que professores, de um total de 12 escolas da cidade de Ribeirão Preto, selecionadas da rede municipal, e estadual e particular respondessem a um questionário, dizendo se conheciam casos de crianças/adolescentes adotivos naquela instituição, e se, em seu ponto de vista, consideram que têm dificuldades para aprender e por quais motivos acham que isto acontece. Somente 7 escolas responderam aos questionários e revelaram dados sobre 18 crianças adotivas de 7 a 12 anos. Resultados preliminares deste breve levantamento prévio apontaram que, na opinião da maioria dos professores, a adoção não é a principal causa das dificuldades escolares destas crianças, quando tal sintoma é verificado, e sim a desmotivação e desinteresse. Tais sintomas, na opinião dos professores, não se dão pela

adoção, e sim pelas relações anteriores vivenciadas com a família biológica e/ou com a família adotiva, na atualidade. São também decorrentes de problemas intra-psíquicos vividos pela própria criança. Essa verificação preliminar parece apontar que o desempenho escolar bom/ruim destas crianças é influenciado por aspectos que norteiam toda e qualquer aprendizagem humana, quer seja a aprendizagem de adotivos ou não adotivos. Indicia também que a adoção, isoladamente analisada, não parece ser um evento determinante nas dificuldades escolares de adotivos, e sim, causas que usualmente são apontadas com as determinadoras do fracasso escolar: as interações entre familiares e o funcionamento interno, orgânico/emocional, do próprio indivíduo, concepções estas ideologicamente dominantes em nossa sociedade. (CNPq)

DOUTORADO

ADOÇÕES “PRONTAS” OU DIRETAS: BUSCANDO CONHECER SEUS CAMINHOS E PERCALÇOS

Fernanda Neisa Mariano & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

As adoções “prontas”, também conhecidas como “diretas”, “por consentimento” ou “intuitu personae”, são aquelas em que crianças são entregues aos adotantes através de mediadores ou da própria família biológica. A fim de compreender esta prática adotiva, que acontece com grande frequência no Brasil, este estudo se propõe a mapear as diferentes configurações destas adoções, através: do conhecimento dos cenários e protagonistas envolvidos, das interações que podem ocorrer e das práticas discursivas que atravessam essas adoções a partir das perspectivas de seus

protagonistas. Para isso, foram entrevistadas quatro famílias adotantes, três mães biológicas que entregaram seus filhos em adoção “pronta”, uma funcionária de abrigo, uma advogada, um promotor, um juiz, uma psicóloga e uma assistente social da Vara da Infância e Juventude. Tanto a construção como a análise do *corpus* de pesquisa foi realizada a partir da perspectiva da Rede de Significações. As entrevistas foram analisadas através de sucessivas e atentas leituras, do mapeamento dos temas, dos cenários envolvidos e das pessoas em interações, e da seleção de recortes referentes aos sentidos que são evidenciados na fala dos entrevistados sobre estas adoções “prontas”. A análise do *corpus* possibilitou perceber que dentro das chamadas adoções “prontas” há diferentes modalidades, que vão ter formas muito distintas de ocorrer, com circunscritores e interações muito peculiares. Uma das modalidades de adoção “pronta” é aquela em que os adotantes são parentes ou pertencem à rede de apoio (vizinhos, amigos) da família biológica. Nas adoções em que há relações de parentesco, freqüentemente, mantém-se o contato entre adotantes e a família biológica, antes e após a solicitação da adoção na Justiça, o que pode demandar uma série de negociações em torno da adoção e/ou em relação ao contato com a criança adotada. Nas adoções realizadas através de instituições, uma possibilidade que aparece freqüentemente nas falas dos entrevistados é que o contato anterior com as crianças favorece uma melhor aceitação destas, o que leva a adoções mais bem sucedidas. Outra modalidade de adoção mapeada refere-se à adoção de bebês através de conhecidos ou pelo “comércio de crianças”. Alguns dos nossos entrevistados realizaram adoções ou entregaram seus filhos através de conhecidos que fizeram a mediação de pessoas de camadas populares com adotantes de classes mais favorecidas. Nessas adoções pôde-se observar o auxílio dos adotantes às famílias biológicas através de cestas básicas e de tratamentos de saúde, entre eles, o pagamento de cesarianas e laqueaduras. A discussão aprofundada desses resultados poderão trazer contribuições para os profissionais que atuam

na área da infância e da família e na implementação de políticas públicas, tendo em vista que a entrega de um filho em adoção “pronta” envolve não apenas aspectos psicológicos, mas uma série de fatores sociais - entre eles, o desenraizamento social vivenciado por muitas destas famílias biológicas, a precariedade dos atendimentos na área da saúde reprodutiva e a falta de vagas em creches públicas. (FAPESP, CAPES, CNPq)

O ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE: CARACTERIZANDO ESSE CONTEXTO

Solange Aparecida Serrano & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

No Brasil, as condições precárias da população de baixa renda, a falta de rede social de apoio freqüentemente expõem as crianças à exclusão social. A doutrina jurídica praticada ao longo do tempo, as concepções de “família e criança”, influenciam as práticas de atendimento à infância. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que “o abrigo em entidade” - medida provisória e excepcional - objetiva proteção da criança/adolescente. Existem poucos dados exatos sobre o número e características dos abrigos e das crianças institucionalizadas no país. Esta pesquisa tem como objetivo caracterizar a situação do abrigamento de crianças de zero a seis anos em Ribeirão Preto, nos quatro abrigos que atendem essa faixa etária, focando: caracterização das crianças abrigadas e suas famílias (dados sócio-demográficos: idade, sexo, cor, escolarização, visitas familiares, e outros) e caracterizar a trajetória do abrigamento (quem abrigou, motivo, tempo na instituição, destino da criança, e outros). Os dados foram coletados pela pesquisadora, também psicóloga do Fórum. Pesquisou-se o período de abril/2003 a abril/2005, nos prontuários/ pastas das crianças nos abrigos, no banco de dados do Setor de Serviço

Social e Psicologia do Fórum e nos processos dessas crianças na Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça. Foram utilizadas duas fichas para coleta de dados, uma relativa à criança e à trajetória do abrigamento e outra relativa à família. Além disso, como procedimentos auxiliares para compreensão da realidade realizaram-se entrevistas com os coordenadores dos abrigos, conselheiros tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e com atores do Sistema de Garantias de Direitos em Porto Alegre. O referencial teórico-metodológico a orientar a coleta e análise deste trabalho é a perspectiva da Rede de Significações. Resultados preliminares indicaram: grande ausência de informações sobre as crianças e as famílias; 258 crianças foram abrigadas no período; 59% meninos; 51% afros-descendentes; 50% sem informação sobre terem pai; 78% têm irmãos, freqüentemente tanto na mesma como em outra instituição ou já adotados; 55% recebem visitas familiares; 27% estiveram abrigados anteriormente; 86% moram em bairros situados nas zonas mais pobres. Para as famílias, predominância de afros-descendentes; mães como únicas responsáveis pelos filhos; pais com baixa escolaridade, desemprego ou trabalhos que exigem pouca qualificação e oferecem baixos salários; reduzido número de registros de encaminhamentos para programas de atendimento à família. Sobre o motivo do abrigamento, predominância de negligência, abandono e falta temporária de condições, associado à dificuldade financeira da família; predominância de institucionalização curta de até cinco dias ou longa de um ano ou mais; 47% das crianças não tinham processo no Fórum; 63% das crianças voltaram para a família biológica e 13% foram adotadas. Um abrigo é municipal, os demais ONGs; apresentam restrições de dias/horários para visitas familiares e apenas dois fazem trabalhos de reintegração familiar e acompanhamento pós-desabrigo. Há muitas omissões de dados significativas que estão sendo analisadas no sentido de desvelar esse “silenciamento”. As instituições são atravessadas por mudanças políticas e contextuais, trazendo várias (des)continuidades no cuidado provido e

diferenças nas formas de (não)fazer o registro dos dados. Outros dados serão analisados posteriormente. (CNPq)

MESTRADO

EDUCOMUNICAÇÃO E CRIANÇAS ABRIGADAS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA OFICINA DE TV

Helenita Sommerhalder Miike & Regina Helena Lima Caldana
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

De um lado está a educomunicação - um campo novo, que relaciona a educação e a comunicação e é definido como sendo um campo de intervenção social e de atuação profissional; subdivide-se em áreas específicas de atuação, como a da educação para a mídia, constituída pelas reflexões da relação entre produtores, o processo produtivo e a recepção das mensagens, e os programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios de comunicação. De outro, estão crianças que vivem em abrigos por diferentes motivos, e que chegam a permanecer por anos nessas instituições, podendo tanto sua condição de vida anterior quanto a vivência nos abrigos causar prejuízos ao seu desenvolvimento. O objetivo deste trabalho é buscar compreender as possibilidades de ganhos que a participação em uma oficina de educomunicação pode trazer para crianças abrigadas. Mais especificamente, através do desenvolvimento de uma oficina de educomunicação com crianças abrigadas, buscar identificar mudanças na condição de desenvolvimento destas crianças, expressas no seu contexto de vida cotidiana, que poderiam ser consideradas possivelmente como decorrentes da participação na oficina. Para colocar em prática essa proposta de educomunicação, recorreremos a alguns procedimentos como o aprender fazendo e a

apresentação de conceitos teóricos a partir do contato direto das crianças com os equipamentos e com a linguagem própria da televisão. Foram feitas entrevistas com educadores do abrigo, o técnico do abrigo responsável pelo caso, professores e familiares da criança, antes da realização e após a implantação da oficina, visando fazer um levantamento da história e uma descrição atual da criança. A pesquisa foi desenvolvida com 03 crianças na faixa etária de 9 a 11 anos que vivem em um abrigo de uma cidade de porte médio do interior de São Paulo. Foram realizados 30 encontros, num total de 60 horas. Os participantes se encontraram duas vezes por semana com o objetivo de produzir um vídeo documentário. 22 dos 30 encontros foram registrados em vídeo e transcritos. Os dados estão sendo analisados qualitativamente como um estudo de caso de caráter exploratório, desenvolvido na modalidade de uma pesquisa em ação. Diante da necessidade de projetos que auxiliem o desenvolvimento de crianças abrigadas e de alguma forma contribuam para diminuir as dificuldades que a convivência em um abrigo possa trazer, aliado ao número ainda pequeno de pesquisas na área da educomunicação, considera-se importante que se possa efetuar um projeto desta natureza com crianças institucionalizadas.

QUE POSIÇÕES OCUPAM OS IRMÃOS NA REDE DE RELAÇÕES DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO?

Ivy G. Almeida & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em Andamento

De acordo com o ECA, entidades que desenvolvem programa de abrigamento devem adotar, dentre alguns princípios, condutas que visem a preservação dos vínculos familiares e o não desmembramento de grupos de irmãos. Tendo em vista que todo ser humano tem necessidade de estabelecer

ligações afetivas, este trabalho parte da hipótese de que na separação ou ausência de um adulto de referência com o qual a criança já tenha estabelecido algum vínculo afetivo, é provável que ela estabeleça com seus pares, com seus irmãos este tipo de relação. Ao levar-se em conta que uma das principais causas de abrigamento de crianças é a negligência, pode-se esperar que quando um grupo de irmãos é abrigado, essas crianças muito provavelmente trazem consigo uma vivência que fez com que os irmãos ocupassem um lugar importante em suas vidas. Porém, há poucas pesquisas sobre o relacionamento entre irmãos em situação de abrigamento. Pautando-se na perspectiva da Rede de Significações, esta pesquisa tem como objetivo investigar a posição assumida pelos irmãos na rede de relações de crianças em situação de abrigamento, buscando-se identificar em que tipo de atividades elas procuram os irmãos ou são procuradas por eles, em que situações eles se apóiam e se há uma procura preferencial por irmãos, por outras crianças, ou por adultos. Pretende-se entrevistar dois grupos de irmãos em três abrigos diferentes, que tenham entre 5 e 12 anos de idade. Para a coleta destes dados será utilizada uma adaptação da matriz proposta por Lewis (2005), que será preenchida a partir das informações coletadas através de entrevista estruturada com as crianças. A entrevista contará com questões a respeito de quem a criança procura e por quem é procurada em determinadas situações. Material lúdico de apoio será utilizado, tais como famílias de bonecos e material para desenho, para mediar a relação entre o pesquisador e as crianças entrevistadas, além de propiciar outras formas de expressão. Embora a principal fonte de dados desta pesquisa seja as entrevistas com as crianças, serão entrevistados quatro funcionários de cada abrigo, além de serem realizadas observações no local para contextualização dos dados obtidos com as crianças. Vale ressaltar que a análise das matrizes permitirá tanto a análise qualitativa como quantitativa dos dados. Pretende-se com este estudo exploratório ampliar o conhecimento sobre o assunto e, a partir disso, contribuir com discussões e ações

que possam vir a promover significativa qualidade no acolhimento de crianças e adolescentes em situação de abrigamento. (CAPES, CNPq)

CRIANÇA ADOTADA: UM FRACASSO NA ESCOLA? ESTUDO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS "DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM" EM CRIANÇAS ADOTADAS – PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DA DOCÊNCIA

Letícia F. R. F. Castro & Sueli C. Pauli Teixeira
(Centro Universitário Barão de Mauá)
Redação de projeto

Algumas pesquisas fazem referência à questão da adoção ao discutirem as dificuldades de aprendizagem em crianças institucionalizadas ou adotivas, apontando a adoção como possível causa de dificuldades escolares. Em estudos da área da Psicologia Educacional são apontadas também outras questões como determinantes para as dificuldades de aprendizagem, como desestruturação familiar, baixa auto-estima, baixo nível intelectual, problemas comportamentais, problemas emocionais, hiperatividade, falta de atenção. No entanto, percebe-se que estas questões não são discutidas com profundidade, deixando muitas vezes de contextualizar o indivíduo junto à escola, na questão do fracasso escolar, o que indica a necessidade de realização de estudos mais específicos. Baseando nos pressupostos teóricos e metodológicos da *Rede de Significações*, nosso objetivo é analisar as percepções de profissionais da docência a respeito do rendimento escolar de crianças adotadas. Investigando como tais percepções entendem as chamadas "dificuldades de aprendizagem" e como interpretam este assunto quando relacionadas à adoção, analisando assim o que os professores acreditam ser as razões que causaram estas dificuldades, já que temos interesse em compreender em que medida a situação de adoção estabelece limites e/ou

rompe com as possibilidades no desenvolvimento de crianças, e qual o papel deste e outros circunscritores no estabelecimento das “dificuldades de aprendizagem”. Através das análises, processual e discursiva, das diferentes configurações das *RedSigs*, ao longo do tempo e das diferentes situações, buscaremos realizar uma investigação dialética, que inter-relacione as diversas ordens de elementos presentes, que possam nos levar a compreender essa questão, procurando apreender esse fenômeno sempre de forma articulada, entendendo-o como constituindo e sendo constituído dentro daqueles processos. Dentro da perspectiva da *RedSig* analisaremos a adoção como uma situação em meio às muitas outras vividas pela criança, ampliando o foco de atenção para os diversos componentes presentes nas relações estabelecidas entre a criança e sua aprendizagem, retirando do foco de atenção dela mesma e estendendo-o para um conjunto de fatores intervenientes, desconsiderando, portanto, a total importância deste fator, isolado, para a construção das “dificuldades de aprendizagem”. Partindo disso, pretendemos realizar entrevistas semi-diretivas, semi-estruturadas e possíveis criações de narrativas, com professores de escolas das redes municipal, estadual e particular da cidade de Ribeirão- Preto/ SP, primeiramente para investigar se eles possuem alunos adotivos. No caso de possuírem, analisaremos como estes percebem o tema do trabalho: “Dificuldades de aprendizagem em crianças adotadas”. Acreditamos que este estudo terá um teor relevante, devido, por um lado, à grande ocorrência de dificuldades de aprendizagem e por outro devido a possível existência destas dificuldades em crianças adotivas, o que torna o foco do trabalho um tanto quanto relativo, pois poucos são os estudos que analisam esta especificidade, em contraposição ao grande número de estudos sobre as dificuldades de aprendizagem.

INFÂNCIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS: CONCEPÇÕES DE EDUCADORAS DE ABRIGO À LUZ DA HISTÓRIA DE VIDA

Lorena Barbosa Fraga & Regina Helena Lima Caldana
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

O ECA prevê a proteção integral a todas as crianças e adolescentes sempre que seus direitos estiverem ameaçados, e como tal, está embasado numa concepção de infância bastante atual, em que a criança é considerada como sujeito de direito, como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, e do interesse superior. Vários movimentos e ações vêm sendo realizados nos diversos setores da sociedade para efetivá-lo em prática cotidiana. Uma vertente importante dessas ações diz respeito à qualificação dos recursos humanos operadores dos diversos equipamentos de assistência à criança, entre os quais estão as casas abrigo. A literatura relativa à prática cotidiana no interior dos abrigos aponta para as diversas dificuldades que marcam o abrigo ainda como um espaço de ausências, da re-edificação do abandono e da violência. As iniciativas no sentido de torná-lo lugar de novas possibilidades para as crianças que dele necessitam ainda são bastante isoladas, fazendo-se necessários investimentos de toda ordem para que mudanças se efetivem na prática cotidiana. Buscando uma melhor compreensão dessa realidade, esse trabalho voltou-se para as Educadoras de uma Casa Abrigo de uma cidade interiorana do Estado de São Paulo, com o objetivo de conhecer o que elas pensavam sobre crianças, especialmente as sob seus cuidados, e as práticas educativas destinadas a elas. Foram realizadas entrevistas com todas as educadoras da casa abrigo (10) na modalidade “história de vida temática”, que inclui dois momentos primeiramente, a participante fica livre para contar a sua história, recortando os aspectos que consideravam relevantes. Já num segundo momento, a pesquisadora coloca questões de interesse do trabalho e que porventura não tenham sido abordadas na parte inicial da entrevista. As entrevistas, gravadas e transcritas literalmente,

juntamente com o diário de campo, estão sendo analisados a partir da perspectiva qualitativa. Os resultados apontam para uma equipe de educadoras bastante qualificadas (60% com nível superior em Assistência Social, Pedagogia, e Psicologia), com grande envolvimento no trabalho; sua história de vida sustenta uma visão de infância e de cuidados à ela bastante afinada com a que embasa o ECA, focada na condição de desenvolvimento da crianças. Por outro lado, elas sentem que no dia-a-dia da instituição não tem espaço para a autonomia, criatividade, espontaneidade, estímulo e o brincar, sentindo-se restritas aos cuidados básicos de alimentação e higiene. Assim, embora tenham uma percepção da infância bastante afinada com a do ECA, não conseguem colocá-la em prática no interior do abrigo. Estamos diante de uma equipe que, embora altamente qualificada, parece não estar sendo aproveitada em seu potencial, o que sugere ser a condição de estruturação do abrigo (exigências, rotina, horários, prioridades) o determinante para que tais educadoras tenham uma prática cotidiana muito diferente daquela que seria afinada à pretendida pelo ECA.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇA DESPROVIDA DE PROTEÇÃO E CUIDADOS PARENTAIS EM MOÇAMBIQUE

Maria Helena Timbana & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

A Constituição da República de Moçambique protege o casamento, a família, a maternidade e a infância. O Artigo 47 define que as crianças têm direito à proteção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar. Os direitos da criança vem expressos na Declaração Universal dos Direitos da Criança. No entanto, tais direitos ainda estão longe de serem acessados e usufruídos por todas as crianças moçambicanas para que elas alcancem um desenvolvimento satisfatório. Na realidade social e econômica atual do país, de pobreza e

desigualdades, a maior parte da população moçambicana vive abaixo das condições mínimas de dignidade humana. No caso da criança, essa privação é ainda mais severa devido à sua dependência ao adulto. A privação de muitas destas crianças pode estar associada, também, à ausência de proteção e cuidados parentais. Visando verificar como as políticas públicas de Moçambique, entre 2005 e 2007, vem assistindo àquele grupo alvo, a pesquisa tem como objetivos: (1) realizar um levantamento de políticas públicas nacionais; (2) analisar, em instituições governamentais, o planejamento e aplicação de atividades para atingir aquelas políticas. A coleta de dados vai assentar no levantamento documental em diferentes bases de informação. Das políticas públicas serão recolhidos o conceito de políticas no contexto moçambicano, objetivos gerais, beneficiários e sua conceituação, estratégias de intervenção, parceiros. Na Estratégia de Ação Social para a Criança: o objetivo geral, beneficiários e sua conceituação, estratégias de intervenção, parceiros. Do Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta de 2006-2009 serão extraídos visão, objetivos, ações fundamentais, assunto transversais, estratégias de implementação, monitoria e avaliação. Nos relatórios: recolhidos objetivos, atividades realizadas e metas alcançadas, avaliação feita pelos atores de implementação. Da Agenda 2025 apreender-se a visão do país sobre as perspectivas de desenvolvimento, com ênfase na criança em estudo. A revisão bibliográfica será feita nas bases de Scielo, Lilacs e Psicoinf e em outros documentos, buscando-se apreender como tem sido concebidas e tratadas as noções de “pobreza”, “pobreza absoluta”, “miséria”, “políticas públicas”, “criança em situação difícil” ou “em situação de risco”, “criança privada de cuidados parentais”, “criança desamparada”, “cuidados alternativos”, “cuidados formais e informais”, “orfandade”, “acolhimento familiar e institucional”, “infantário”, “abrigo”, “atores sociais”. Espera-se que este trabalho possa subsidiar as instâncias governamentais na elaboração e implementação de políticas para a melhoria de condições de vida da criança

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A CRIANÇA ABRIGADA E A ESCOLA: A MATERIALIZAÇÃO DO CONFLITO

Carolina G. Buffa, Sueli C. P. Teixeira & Maria Clotilde
Rossetti-Ferreira (FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

O abrigo é uma prática que acompanha toda a história do Brasil. Até as últimas décadas do século XX, as políticas de atenção à criança e ao adolescente estavam pautadas no assistencialismo. Apesar das mudanças ocorridas com o ECA, a ideologia dominante ainda considera as crianças abrigadas verdadeiros “casos perdidos”, em situação de risco desenvolvimental muito mais séria que outras crianças. Sendo a escola uma reprodução da sociedade mais ampla e partindo de uma concepção de desenvolvimento que ocorre através das e nas relações, o contexto escolar, e as relações nele estabelecidas, passam a ser vistos como circunscritores, possibilitando vários caminhos desenvolvimentais para essas crianças. Assim, o presente estudo tem por objetivo abordar a questão das vivências escolares da criança institucionalizada, buscando compreender, através da análise das narrativas produzidas, a relação que estas crianças estabelecem com os atores escolares. Este trabalho, até agora, contou com a participação de três crianças e um adolescente institucionalizados, entre 10 e 13 anos, tendo sido realizados quatro encontros com cada um, no abrigo em que eles vivem, tendo sido realizada, com todos os participantes, uma entrevista semi-estruturada no primeiro encontro e, nos demais, a produção de dezessete narrativas a partir de diferentes temas relacionados a questões escolares, questões

relativas à família e à adoção e à identidade da criança. Sugeriu-se também a produção de desenhos com tais temas, que teriam a finalidade apenas de facilitar o vínculo entre a pesquisadora e os participantes. Para tanto, utilizou-se de cartões com os diferentes temas, material gráfico e um gravador digital, possibilitando a gravação e transcrição na íntegra de cada encontro. As narrativas transcritas literalmente compõem o corpus a ser analisado. Considerando a quantidade e riqueza dos dados relativos aos participantes institucionalizados, optou-se por fazer um recorte no material, enfocando temas que foram bastante recorrentes entre todos, como o sentimento de descrédito e injustiça advindos da relação da criança com as figuras de autoridade da escola, a relação professor-aluno baseada no autoritarismo e na violência (física ou não) e a questão do preconceito e exclusão na relação com o grupo de alunos. Assim, considerando que os processos interativos estabelecidos entre as pessoas estão imersos em uma matriz sócio-histórica, vemos que as relações entre professor e aluno retomam e materializam o discurso da ideologia dominante que considera as crianças abrigadas verdadeiros “casos perdidos”, levando a uma reatualização, nas interações com os diversos atores escolares, da exclusão social de que são vítimas. Essa vivência escolar, baseada nos pré-conceitos observados nas narrativas dos participantes, pode ser considerada, então, como circunscritor do desenvolvimento, possibilitando alguns caminhos enquanto delimita e /ou impossibilita outros. Podemos perceber, deste modo, que as vivências escolares de crianças abrigadas mostram-se bastante conflituosas, havendo uma reatualização da exclusão social de que são vítimas através do discurso sobre as interações estabelecidas com os diversos atores escolares, não podendo, no entanto, serem consideradas determinantes do desenvolvimento dessas crianças, mas circunscritores do mesmo. Essas conclusões, no entanto, são ainda parciais. (CNPq)

A PERSPECTIVA DA CRIANÇA SOBRE SEU PROCESSO DE ABRIGAMENTO

Fernanda Lacerda Silva, Lílían A. Guimarães Solon & Maria
Clotilde Rossetti-Ferreira (FFCLRP/USP)
Pesquisa em Andamento

O processo de abrigamento vêm ganhando visibilidade na medida em que pesquisas nacionais começam a revelar o número de crianças abrigadas e a qualidade de atendimento prestado pelas instituições. A situação atual dos abrigos sugere a necessidade de aprofundamento das questões envolvidas para que os pressupostos estabelecidos pelo ECA possam ser resgatados. Uma das possibilidades de aprofundamento é investigar o processo de abrigamento a partir da ótica da própria criança. Neste trabalho, buscamos conhecer a perspectiva da criança sobre seu processo de abrigamento: como ela narra sobre o abrigo, qual foi sua trajetória de abrigamento e quais relações foram estabelecidas durante sua permanência. Para tanto, optamos por trabalhar com o Banco de Dados da Dissertação de Mestrado "A perspectiva da criança sobre seu processo de adoção" (Solon, 2006), que contém narrativas de três crianças entre 6 e 7 anos que vivenciaram o abrigamento antes de serem adotadas. As entrevistas com as crianças estão sendo revisadas, visando focalizar especificamente as narrativas sobre o processo de abrigamento. A construção e análise do *corpus* estão sendo norteadas pelo referencial teórico-metodológico da Rede de Significações. Neste momento, serão apresentados trechos das entrevistas das irmãs: Yasmim (6 anos) e Júlia (7 anos) que estavam morando com a família adotante há 2 anos e 1 mês (na ocasião do primeiro encontro). Ambas estiveram por um período de 2 anos no mesmo abrigo e o descreveram como nos moldes de uma residência (quartos de meninas e de meninos separados, sala, cozinha e banheiros) com características de uma grande família (um casal que é responsável pelo abrigo), que propicia o convívio das crianças com a comunidade local (freqüentam a escola do bairro e brincam na rua com crianças da

vizinhança) e que acolhe um pequeno grupo (número reduzido de crianças que moram no abrigo). Quanto à relação com os cuidadores, Yasmin mencionou algumas estratégias utilizadas para disciplinar as crianças (como bater e colocar de castigo) que denotam falta de qualificação profissional e comentou que era separada da irmã para que não ficassem conversando, o que evidencia o desconhecimento do abrigo sobre a importância dos laços familiares. Júlia ainda comentou que ninguém havia conversado sobre adoção, tendo aprendido sobre esse assunto apenas quando estava saindo com a família adotante, sugerindo que não houve uma preparação para a adoção. E, finalmente, quanto à relação com os pares, ambas afirmaram que tinham amigos no abrigo, que brincavam e que sentem saudade. Assim, pôde-se observar que, independentemente do tempo que a criança permanece no abrigo, ela estabelece relações, e assim, vai construindo significados sobre o mundo ao seu redor e sobre si mesma. As narrativas de Júlia e Yasmin nos permitem refletir sobre a possibilidade de conhecer o processo de abrigamento a partir da perspectiva da própria criança que o vivenciou. (FAPESP)

SIGNIFICAÇÕES SOBRE VÍNCULOS AFETIVOS EM FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Lara Barros Martins, Nina Rosa do Amaral Costa & Maria
Clotilde Rossetti-Ferreira (FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

O acolhimento familiar temporário de crianças em situação de risco, como medida sócio-protetiva fundamentada no direito à convivência familiar e comunitária, tem ganhado espaço para discussão e aplicação de políticas alternativas de proteção à infância e juventude. Tal medida vem sendo implantada em várias cidades do país, conta com suporte legal e acompanhamento de profissionais. Dessa forma, são necessárias pesquisas que investiguem suas implicações e

auxiliem a promoção de mais uma opção para acolhimento de crianças e adolescentes privados de cuidados parentais que ingressam no Sistema de Proteção. O programa "Famílias Acolhedoras" da Comarca de Franca é um dos mais antigos do Estado de São Paulo, estruturado há quase 10 anos, e foi escolhido para esta pesquisa por compor a região de Ribeirão Preto e já ter realizado 314 acolhimentos durante seu período de funcionamento. A presente pesquisa tem como objetivos traçar o perfil dos acolhidos e famílias acolhedoras integrantes desse programa, buscando o dimensionamento de suas características, e levantar quais as significações que as famílias acolhedoras associam ao acolhimento familiar e à construção de vínculos afetivos durante o processo. A perspectiva teórico-metodológica da *Rede de Significações* orienta a construção e análise do *corpus* empírico, que foi construído em duas frentes: 1) levantamento quanti-qualitativo de indicadores das famílias acolhedoras cadastradas no programa e dos acolhidos, através de consulta ao livro de registros local que contém informações sobre os acolhimentos efetuados no período de 1998 a 2007; 2) realização de entrevistas semi-estruturadas com membros das famílias acolhedoras abordando a temática de relações e vínculos afetivos no processo de acolhimento. Sobre os 300 acolhidos obteve-se informações relativas a sexo, idade e etnia. Quanto às famílias acolhedoras os dados revelam idade, estado civil, escolaridade, profissão, renda, composição familiar (número de filhos) e motivação para o acolhimento. Sobre os acolhimentos efetuados no período em questão, foi possível levantar as causas que levaram ao acolhimento (negligência, abandono, conflito familiar, maus tratos, entre outros), o tempo de permanência dos acolhidos com as famílias acolhedoras (tempo de acolhimento) e os encaminhamentos realizados. Foram feitas 13 entrevistas individuais com os responsáveis das famílias que estão em processo de acolhimento. Considera-se que a relevância da pesquisa está em poder auxiliar o programa participante oferecendo subsídios aos técnicos na redefinição de suas práticas, além de contribuir para uma reflexão mais ampla sobre políticas

públicas na área, que buscam atender às demandas e necessidades relativas ao desenvolvimento infanto-juvenil (dentre elas o desenvolvimento afetivo), considerando situações sociais complexas como o acolhimento familiar. (FAPESP, CNPq)

O ABRIGO SOB A PERSPECTIVA DA CRIANÇA

Mariana C. Garzella, Solange A. Serrano & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

O abrigo tem por objetivo principal a proteção de crianças e adolescentes quando estes sofrem violações de seus direitos, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), porém constitui medida provisória e excepcional, sendo utilizável como forma de transição para o retorno da criança à família de origem ou, quando isso não é possível, colocação em família substituta. Apesar de ter sido criado para proteger as crianças e adolescentes apenas provisoriamente, muitos deles permanecem longos anos nesse local como demonstram alguns estudos. Se a organização de espaços e rotinas de acordo com os direitos da criança é necessária para qualquer atendimento, acredita-se que, no caso de longa permanência na instituição, ela precisa ser ainda mais pensada e traduzida em ações concretas de melhoria do serviço. Essa melhoria pode ser construída a partir de diferentes perspectivas. Esse trabalho, que foca a perspectiva da criança, objetiva compreender como as crianças vivenciam esse contexto e como suas avaliações podem contribuir para a discussão sobre a qualidade do atendimento no abrigo. Para este fim, a coleta de dados será realizada em um abrigo, com crianças de seis a sete anos de idade. O *corpus* será constituído por: (1) conversa com as crianças (2) imagens produzidas pelas crianças através do uso de máquina fotográfica (3) discussão em grupo com as crianças a respeito das fotografias (4)

análise do material. Esta análise será baseada na Perspectiva Teórico-Metodológica da Rede de Significações, a qual propõe que o desenvolvimento humano ocorre através das e nas interações entre as pessoas. Dessa forma, analisando-se as interações estabelecidas entre as crianças e o meio, neste caso, o abrigo, pode-se pensar as contribuições e limites que a escuta de suas vozes nos trazem para a avaliação da qualidade do abrigo.

CONHECENDO A REDE DE RELAÇÕES DA CRIANÇA ABRIGADA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Nívea P. Maehara, Ivy G. Almeida & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (FFCLRP/USP)
Redação de Projeto

Partindo da concepção sócio-interacionista, o desenvolvimento humano se dá na relação com o outro, assim como por meio dela. A criança, desde seu nascimento, está imersa em uma complexa rede social, podendo estabelecer vínculos afetivos com várias pessoas. Essas idéias são importantes no estudo de crianças que tiveram mudanças ou rupturas nos seus relacionamentos, uma vez que a rede social tem como uma de suas funções proteger a pessoa de eventuais efeitos negativos causados por adversidades. De maneira geral, a literatura aponta efeitos negativos de um longo período de institucionalização justamente por ser uma situação que não favorece o estabelecimento de vínculos afetivos, tem baixa razão de cuidador por criança, relacionamento pouco individualizado, falta de planejamento pedagógico e frágeis redes de apoio social e afetivo oferecidas. Todavia, outros autores mostram que nem sempre a criança que cresce em situações desfavoráveis terá uma vida infeliz. A criança pode construir outros relacionamentos íntimos quando encontra novas figuras de referência, perde outros significativos ou reavalia a figura antiga de acordo com seu desenvolvimento. Desta forma, o abrigo, apesar do seu

caráter provisório, assim como preconizado pelo ECA, deve oferecer condições para que a criança abrigada se desenvolva plenamente. Nesse sentido, embora já existam iniciativas de elaboração e implementação de normativas de funcionamento que estimulam o estabelecimento de relação afetiva segura, estável e duradoura entre educador e criança, visando adequar e melhorar o atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes, ainda há muito a ser feito. Tendo por base a perspectiva da Rede de Significações, este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar a rede de relações de crianças em situação de abrigamento, buscando identificar quem são as figuras de referência para ela, em que situações essas pessoas são procuradas e se há uma preferência na procura por pares ou adultos. Pretende-se entrevistar doze crianças, com idades entre sete e doze anos, em um abrigo da cidade de Ribeirão Preto (SP). Para a coleta de dados será utilizada uma adaptação da Matriz de Rede Social, proposta Lewis (2005), que será preenchida com os dados obtidos através de entrevista estruturada com as crianças. A análise dos dados será tanto quantitativa como qualitativa. Como resultado desse estudo exploratório, espera-se conhecer a rede de relações da criança em situação de abrigamento, conhecimento esse que poderá contribuir para se repensar o abrigo como um ambiente que possa oferecer melhores condições para o estabelecimento e manutenção de relações afetivas que promovam o desenvolvimento da criança. (CAPES, CNPq)

Eixo III - Políticas da infância e juventude: inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais

DOUTORADO

O TER/VIVER COM EPILEPSIA, A PARTIR DA PERSPECTIVA DA CRIANÇA

Adriana Mara dos Anjos, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira &
Kátia de Souza Amorim (FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

Produções científicas sobre epilepsia têm apontado para dificuldades que a mesma implica na vida da pessoa. No entanto, apesar da alta prevalência de casos, da complexidade da doença, dos problemas interpessoais e psicossociais acarretados pela mesma, poucos são os estudos que "ouvem" diretamente as pessoas acometidas pela epilepsia; e, dentre esses, nenhum é voltado para ouvir crianças, grupo etário mais acometido. Nesse sentido, temos por objetivo estudar, através de seis estudos de caso, como diferentes crianças vivenciam o ter/viver com epilepsia e que visão elas têm de si e de suas relações com os outros sociais. Os participantes são seis crianças (7-10 anos), oriundas de um serviço especializado de um hospital da região de Ribeirão Preto. A coleta foi feita através de uma entrevista com os responsáveis pela criança para mapear o dia-a-dia da criança e da família; ainda, através de três visitas semanais à casa da família, para "conversar" com as crianças. Essas conversas foram apoiadas por situações lúdicas e gravadas em áudio. Nessas ocasiões, foram inseridos brinquedos infantis (bonecas/carrinhos/lápis de cor/entre outros) e materiais comumente utilizados em consultas hospitalares (luvas/seringas/estetoscópio/avental). Em cada encontro,

quando permitido pelos responsáveis e aceito pelos participantes, foi registrado em vídeo uma atividade cotidiana da criança. A construção do *corpus* de pesquisa e análise está sendo feita através da perspectiva da *Rede de Significações*, que nos remete à identificação e relação dos componentes pessoais da criança, contextos e campos interativos, todos atravessados pela matriz sócio-histórica. Análise preliminar indica que, das seis crianças (3 meninos e 3 meninas), todos já passaram por ensino e/ou escola especial e fazem vários tipos de acompanhamentos (psiquiátrico, psicológico, fonoaudiológico, terapia ocupacional, eqüoterapia, entre outros); 5 delas têm problemas neurológicos ou mental; e, 5 são "protegidos" pelos pais ou familiares, segundo o relato dos mesmos. Cada uma dessas crianças tem crises frequentes (semanais ou até mesmo várias crises diárias), tendo passado por várias internações hospitalares devido à epilepsia, referindo-se às internações e à doença como algo "horrível". Elas brincam de médico, de dar injeção, falam sobre a doença, mas não conseguem explicar exatamente o que acontece com elas, ou como se deu o fato ocorrido e em que isso implica em sua vida. (CNPq e FAPESP)

INCLUSÃO ESCOLAR COM QUALIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: MAPEAMENTO DE DEZ ANOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO

Lucia Maria Santos Tinos (UFSCar) & Kátia de Souza Amorim
(FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

A EJA é uma modalidade de ensino, da rede pública no Brasil, que encontra garantia no capítulo III, seção I, da Educação, na Constituição Federal de 1988. Esse direito, também, encontra-se regulamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN em 1996 (Lei 9.344/96), para propiciar a educação de jovens e adultos. Assim, considerar

que toda modalidade de ensino deve ter o pressuposto da educação de qualidade para todos, e que tal pressuposto deve respaldar a todas as modalidades de ensino é pensar na EJA como uma alternativa de Educação Inclusiva para os jovens e adultos, representando um direito de acesso a essa modalidade, que é obrigatória e gratuita para sua escolarização e certificação. Dentro dessa modalidade de ensino, indícios tem indicado que ela tem sido usada, de forma crescente, como recurso educacional por pessoas com deficiências que não conseguiram ter acesso ao ensino fundamental na idade própria, ou que acabaram por não permanecer no ensino regular ou, ainda, freqüentaram escolas especiais que não garantem a certificação e o conseqüente acesso a um mercado de trabalho mais qualificado. Porém, pouco ou nada se sabe de como esse processo de ensino-aprendizagem vem se dando, não havendo nada sobre esse tema na literatura nacional da área. Desta forma, o objetivo deste estudo foi mapear e discutir a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal de ensino de Ribeirão Preto, buscando-se verificar a incidência de alunos com deficiências matriculados no período de 1998 a 2007. A meta é identificar os diagnósticos dos alunos com deficiências que vêm freqüentando essa modalidade de ensino, conferir se os mesmos conseguem completar sua escolarização e são certificados, averiguar o tempo necessário para esses alunos conseguirem certificação e a proporção desses alunos quanto à evasão. Como procedimento de coleta de dados, este estudo obteve informações através dos registros escolares dos alunos da EJA, nos últimos dez anos, na Secretaria Municipal de Educação – seção da EJA. Estes concordaram com a pesquisa e disponibilizaram material. A análise que vem sendo feita é quantitativa e qualitativa, usando-se como base para sua discussão o referencial teórico-metodológico da *Rede de Significações*. Verificou-se que, de fato, há um crescente número de alunos deficientes utilizando-se dessa modalidade. Em termos de deficiência, os deficientes mentais representam 43% daquela população e os com deficiência

auditiva 17%, estes dados estando em concordância com os dados de inclusão do município. Porém, a maioria absoluta dos alunos com deficiência não se certifica, permanecendo ainda por períodos muitas vezes extremamente longos (de até 10 anos). Mais ainda, o que se verifica é uma lacuna abismal de informações, o que nos leva a interrogar como é que políticas públicas são elaboradas para a área, se não há dados para se pensar nem o conjunto do alunado da EJA, e muito menos aqueles com deficiências.(CNPq)

EU SOU DAQUI, VOCÊ É DE LÁ. QUEM PODE PALPITAR? EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM EPILEPSIA

Ticiane M. Sá Roriz, Kátia de Souza Amorim & Maria Clotilde
Rossetti-Ferreira (FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

A epilepsia representa a desordem cerebral crônica mais comum na infância, sendo mais incidente nos dez primeiros anos. Muitas das epilepsias infantis caminham para remissão das crises ou controle, com tratamento apropriado. Porém, devido a estigmas e preconceitos, o diagnóstico de epilepsia favorece atitudes de exclusão, restringindo inclusive a participação em escolas regulares. O objetivo deste trabalho é investigar como professores e familiares de crianças com epilepsia se referem e concebem a esta criança no cotidiano da educação escolar. E, ainda, como a própria criança aborda essas vivências. Para tanto, seis crianças foram estudadas, entre sete e onze anos, com diagnóstico de epilepsia: uma freqüentando escola especial, uma classe especial, e, outra, escola especial e regular, concomitantemente; e, três freqüentando salas de aula regulares. A seleção dos participantes foi feita a partir de crianças atendidas num ambulatório especializado. Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com os professores e as famílias. E, ainda, entrevistas com a criança, utilizando-se material lúdico de

apoio. Nesta apresentação, traremos a análise e discussão parcial de três casos. Paulo e Gabriel (nomes fictícios) têm 10 anos de idade. As crises de Paulo tiveram início com um ano e um mês, este freqüenta escola especial, desde os dois anos. Chegou a freqüentar a mesma sala de educação infantil por dois anos numa escola regular, sendo depois reencaminhado para escola especial. As crises de Gabriel iniciaram-se aos onze meses, ele freqüenta “classe especial”, desde os dois anos. Isael (nome fictício) tem 11 anos, suas crises tiveram início aos três anos, ele freqüenta escola regular, mas já foi encaminhado para escola especial anteriormente. A análise qualitativa, baseada na perspectiva da *Rede de Significações*, tem sido conduzida por recortes temáticos das falas dos interlocutores, apreendendo-se significados relacionados ao processo educacional, à estigmatização da criança, às perspectivas futuras para esta criança, dentre outros. Das conversas com as crianças, busca-se apreender os significados atribuídos ao ser uma criança com epilepsia, sua posição como estudante, seu ambiente educacional, dentre outros. O que se verificou é que, em termos escolares, ênfase dominante direciona-se às dificuldades de aprendizagem, trazidas pela escola e pela família. Gabriel, aluno de classe especial, afirma sentir-se bem no ambiente educacional; Paulo, que freqüenta escola especial, envergonha-se de ser um “aluno APAE”; e, Isael, estudante de escola regular, alega algumas dificuldades de relacionamento. Apenas o primeiro parece satisfeito com a sua inserção educacional. As famílias demonstram muitas dúvidas de qual o local ideal para os seus filhos estarem, sentem-se confusas e sozinhas nessa escolha. Aliás, algumas se percebem SEM escolha, como a de Paulo que não conseguiu sua permanência numa escola regular. (CAPES, FAPESP, CNPq)

MESTRADO

10 ANOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO: MAPEAMENTO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO

Patrícia M. Souza & Kátia de Souza Amorim (FFCLRP/USP)

Redação de projeto

Atualmente a questão da “inclusão” encontra-se em evidência. Fala-se da inclusão social, digital, cultural, econômica, escolar, desinstitucionalização, dentre outras. No caso de crianças com necessidades especiais, especificamente daquelas com deficiências (físicas, sensoriais e/ou mentais), a inclusão abarca sua participação na sociedade em geral e, particularmente, na rede regular de ensino (“inclusão escolar”). Na verdade, é na década de 90 que emerge a proposta da Educação Inclusiva, tendo como marco/motor a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Esta proposta consiste em educar, no ensino regular, conjuntamente, alunos com e sem necessidades educacionais especiais, baseados em princípios como valorização da diferença e respeito à diversidade, representando assim uma mudança de paradigma na forma de conceber e atuar junto àqueles alunos. Nesse sentido, notam-se avanços legais e, ainda os dados do Censo Escolar de 2006 (MEC/INEP) indicam um aumento significativo (193% entre 2002 e 2006) em relação ao número de matrículas de alunos com necessidades especiais no ensino regular (inclusão). No entanto, apesar de regulamentada por lei e decretos, devido às dificuldades e controvérsias em sua implantação, levantamos a hipótese de que a educação inclusiva tem ocorrido de forma limitada, os diagnósticos precariamente definidos, e ainda havendo um grande número de alunos fora do ensino regular, e uma considerável evasão destes ao longo do curso. Desse modo

levantamos a questão: O acesso, a permanência e a qualidade do ensino têm sido garantidos aos alunos incluídos no ensino regular? Tendo em vista que no ano de 2006, em Ribeirão Preto, completou-se 10 anos da implantação da inclusão (LDB/96), definiu-se como objetivo deste projeto verificar através do mapeamento da Educação Especial da cidade de Ribeirão Preto, como vem se dando esse processo da Inclusão Escolar no contexto das escolas Públicas Estaduais de Ensino, nos últimos 10 anos (1997 – 2006), procurando identificar: o número de alunos com necessidades educacionais especiais incluídos no ensino regular das escolas estaduais (Ensino Fundamental – E.F. e Ensino Médio – E.M.); as deficiências desses alunos incluídos e aquelas que mais prevalecem; o tempo de permanência desses alunos no ensino regular (em classes especiais ou regulares). Os dados serão obtidos a partir de registros escolares de alunos com deficiência matriculados no E.F. e E.M. da rede estadual disponibilizados pela Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto que inclusive já autorizou a pesquisa. Serão investigadas nesse estudo 40 escolas estaduais que oferecem o E.F. e ainda as escolas do E.M. Os dados obtidos serão armazenados em tabela específica, arquivada em banco de dados do Access, de modo a registrar o ano de matrícula, o nome da criança, data de nascimento, sexo, diagnóstico, série, frequência em sala de recursos ou especiais, dentre outros. Para a análise dos dados, contaremos com a ajuda de procedimentos estatísticos. Essa análise, apesar de quantitativa, terá como base para a sua discussão o referencial teórico-metodológico da *Rede de Significações*. Dada a relevância do tema investigado, essa pesquisa possibilita contribuir com a produção científica, formação de pesquisadores, e contribuição com alguns subsídios para a discussão da implementação do processo inclusivo no cotidiano escolar (CNPq).

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

10 ANOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM RIBEIRÃO PRETO: MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA REDE PRIVADA DE ENSINO

Carla Passalacqua Morelli & Kátia de Souza Amorim
(FFCLRP/USP)
Redação de Projeto

Atualmente, quando se fala em inclusão, internacionalmente, destaca-se as Declarações de Jomtien (Tailândia) e de Salamanca (Espanha), ambas elaboradas a partir de reuniões que buscaram discutir questões de direitos humanos e traçar metas para a equalização de oportunidades para as pessoas com necessidades especiais. No Brasil, destaca-se a CF/88 e a LDB/96, as quais, seguindo esse movimento, pontuam que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem preferencialmente frequentar salas de aula do ensino regular em todos os níveis. Porém, “essa história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem-se caracterizado pela segregação, acompanhada pela conseqüente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado”. Dessa forma, contemporaneamente, apesar da legislação tratar diretamente desse ponto, verifica-se um processo contraditório e conflituoso que aponta para o fato de que a inclusão escolar não vem ocorrendo adequadamente na prática. De forma a se verificar isso, esse trabalho tem como objetivo geral traçar a trajetória da inclusão na rede privada de ensino no município de Ribeirão Preto, no período de 1998 a 2007 (período pós LDB 9.394/96). O objetivo é identificar quais os perfis das crianças incluídas, verificando o tipo de deficiência, o tempo de permanência e frequência destas crianças na escola regular e se obtiveram certificação. A idéia

base é verificar qual seria o reflexo das políticas nacionais de inclusão junto às escolas particulares. A partir de levantamento no Banco de Dados da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, estima-se que existam hoje, no município, 74 Escolas de Educação Infantil, 55 de Ensino Fundamental e 23 de Ensino Médio. A partir destes dados, será feito um primeiro contato telefônico com todas estas instituições. Nas instituições que confirmarem a matrícula de crianças com necessidades educacionais especiais ao longo dos últimos 10 anos, será agendada uma visita para que possamos realizar um levantamento das informações sobre as crianças incluídas. Os dados deverão ser obtidos a partir de documentos escolares. A análise será quantitativa, contando com o suporte teórico-metodológico da perspectiva da Rede de Significações para uma análise qualitativa destes dados. Esse projeto é um sub-projeto de um estudo amplo que objetiva compreender a Educação Especial e Inclusiva, no Município de Ribeirão Preto. A meta é contextualizar como vem se dando o movimento de inclusão no município, avaliando o processo em todas as escolas – regulares (públicas ou particulares), classes especiais e instituições especializadas (escolas especiais) que promovem atendimento educacional às crianças com alguma deficiência.(CNPq)

OS CAMINHOS DE ESCOLAS ESPECIAIS EM RIBEIRÃO PRETO, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS: REFLEXOS A PARTIR DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR

Francisco Ribeiro Tavares Neto & Kátia de Souza Amorim
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

A discussão sobre inclusão é de grande relevância em nossa sociedade, tendo emergido como uma questão ética, trazendo como pressuposto a idéia de uma sociedade que se estrutura para atender às necessidades de cada cidadão, dos

privilegiados aos marginalizados. Dentre os grupos marginalizados que encampam a luta pela inclusão, encontram-se os das pessoas com deficiência, cujas reivindicações são acompanhadas de questões relacionadas à educação. Considera-se a promulgação da Educação Inclusiva (na LDB/96) como historicamente recente, além de que se reconhece uma série de controvérsias e dificuldades em sua implantação. Dada à relevância e complexidade da situação, entende-se como necessário a compreensão com maior clareza das nuances desse processo, que tem exigido a (re)construção de todo um conhecimento e prática que, dialeticamente, pode vir a transformar a área tanto da Educação Especial como Regular e da Saúde. Nesse sentido, considerando-se os últimos 10 anos, os quais retratam, social e politicamente, o processo de implementação da Educação Inclusiva, questiona-se quais são os reflexos das Políticas de Inclusão Escolar junto às Escolas Especiais. Nessa perspectiva, levanta-se a hipótese de que as Escolas Especiais estariam (re)organizando práticas educacionais e/ou de apoio à educação regular. Assim, traçou-se como objetivo mapear, nos últimos 10 anos (1998–2007), em duas Escolas Especiais do município de Ribeirão Preto, a trajetória educacional dessas instituições; se houve mudanças nas suas práticas de atendimento; quais os profissionais que atuam/atuaram nessas escolas especiais; e, quantas e quais são as pessoas que fazem/fizeram uso de seus serviços. Além disso, no caso de ter havido modificações na prática das instituições, pretende-se verificar quais modificações ocorreram, como repercutem no cotidiano das pessoas ali atendidas e das relações com outras instituições do conjunto social local. Elegeu-se como instituições participantes do estudo a APAE (filantrópica) e o “Centro de Educação Especial e Ensino Fundamental Egidio Pedreschi” (pública municipal). Como procedimento de coleta de dados, será realizada uma entrevista semi-estruturada com o responsável pela instituição, para se obter dados referentes à forma de funcionamento da instituição, tipos de atendimento oferecidos, entre outros. Outro eixo de coleta de dados será um estudo a

partir dos documentos institucionais, tanto referente ao banco de dados dos educandos, como aos relacionados à história da instituição. O banco de dados será manuseado tendo como norteador uma tabela pré-construída, de modo a se obter informações como ano, nome do educando, idade, sexo, diagnóstico, série escolar, se a pessoa frequenta outra instituição, dentre outras. A análise será quantitativa e qualitativa, usando-se como base para sua discussão o referencial teórico-metodológico da *Rede de Significações*. A partir deste, buscar-se-á uma visão que flutue entre o micro e o macro, tentando-se fazer uma associação entre o que acontece(u) em cada instituição, com o momento histórico vivido, as mudanças de paradigmas e concepções com relação ao papel das escolas especiais, ao que vem a ser deficiência, aos reflexos das políticas de inclusão no funcionamento das instituições em questão, dentre outros. Esse trabalho é um sub-projeto de um projeto mais amplo, que tem como meta mapear a educação especial e inclusiva em Ribeirão Preto.(CNPq)

MAPEAMENTO DOS 10 ANOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM RIBEIRÃO PRETO: POLÍTICAS E FUNCIONAMENTO DAS CLASSES ESPECIAIS E SALAS DE RECURSOS

Gabriela Caldeira Aranha & Kátia de Souza Amorim
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

A partir da CF/88, implantou-se políticas públicas com a priorização do *“atendimento educacional aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”* (Artigo 208), legislação essa reforçada pela LDB/96. Isso trouxe novos panoramas para o contexto educacional, levando a busca de definições sobre quem eram as pessoas com necessidades especiais e como deveriam ser atendidas. Neste contexto, houve uma reorganização das escolas

especiais, passando a incluir alguns alunos em escolas regulares com o apoio das classes especiais e salas de recurso. Isso contribuiu para um aumento na inclusão de pessoas com necessidades especiais, como mostra censo do MEC que indica que, entre 1998 e 2006, houve um aumento de 640% em termos de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular, em contrapartida ao crescimento de matrículas em classes e escolas especiais, que teria sido apenas de 28% nesse mesmo período. Porém, esse processo vem enfrentando muitos conflitos permeados pelas mudanças, como a má formação dos professores e a falta de verba para os recursos necessários. Ainda, é grande o número de alunos com necessidades especiais que não estão frequentando ambientes inclusivos, já que se estima que em torno de três milhões de pessoas, entre 0-17 anos, sejam deficientes. Isso demonstra que a proposta de Educação Inclusiva está oficialmente instituída no Sistema Educacional Brasileiro. No entanto, mesmo com tantas referências a essa implantação, o que se verifica é a não observância dos princípios que a regem. A fim de analisar e compreender os reflexos destas políticas na Educação Especial, nesses 10 anos pós-LDB/96, o presente projeto tem o objetivo de mapear a trajetória do funcionamento das Classes Especiais e Salas de Recursos, das escolas Estaduais e Municipais, na cidade de Ribeirão Preto, de 1998 a 2007. Particularmente, serão analisadas as Salas de Recursos e Classes Especiais de deficientes auditivos. A base para a construção do corpus será o banco de dados do Departamento de Educação Especial da Secretaria Municipal da Educação, que já autorizou o presente projeto. Os dados referentes aos alunos deficientes auditivos a serem coletados são: o registro do diagnóstico; há quanto tempo frequentam a sala especial ou de recursos, número de crianças incluídas em sala regular; tempo de permanência nas escolas; se ou não ascenderam na seriação; dentre outros. Para a análise, serão usados procedimentos estatísticos, considerando os dados sob a perspectiva da *RedSig*. O presente projeto faz parte de um projeto mais amplo que busca mapear a trajetória da Educação Especial

na cidade de Ribeirão Preto, nos últimos dez anos, analisando-se as escolas públicas (municipais e estaduais), privadas, escolas especiais e a EJA. (CNPq)

PAIS (RE)(DES)(CO)CONSTRUINDO CONCEPÇÕES ACERCA DA EPILEPSIA E DO FILHO COM EPILEPSIA DE DIFÍCIL CONTROLE, EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO PRÉ-CIRÚRGICA

Jaqueline C. M. Crempe & Kátia de Souza Amorim
(FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

Epilepsia é doença crônica de enorme espectro clínico, acometendo principalmente a faixa etária infantil. O tratamento constitui-se de medicação e cirurgia, esta última pouco realizada, no Brasil, dada complexidade e altos custos. Pelo fato da epilepsia ter longa história, com múltiplas definições, ainda está cercada por idéias diversas, que influenciam o experienciar/conceber/lidar com a doença e a pessoa com epilepsia. Assim, o esclarecimento ao paciente e à família é fundamental, para que possam superar o estigma e angústia que envolve a doença. Diante dessas considerações, traçou-se como objetivo investigar, através de um Estudo de Caso, a partir da perspectiva dos pais, a (re)(des)(co)construção de concepções sobre a epilepsia, seus tratamentos e o filho com epilepsia. A meta era apreender *se e como* ocorre a revisão de posturas na relação com a doença e com a criança com epilepsia. Mais ainda, dada a novidade do campo, a meta foi avaliar tais concepções geradas/suscitadas durante a internação da criança para diagnóstico topográfico da epilepsia. O sujeito pivô foi uma menina (10a), há sete anos com crises de difícil controle, residente de área rural da região. Realizou-se três entrevistas semi-estruturadas com a mãe e quatro com profissionais do serviço, no momento da internação, após a realização dos exames e após a devolutiva das avaliações/ discussão da

possibilidade de realizar a cirurgia junto à família. Escolheram-se esses diferentes momentos por compreender-se a informação de conceitos, não como mensagem enviada/recebida em um único momento, mas sim como um processo em formação (*in-forma-tion*), que se dá *nas e através das* relações/interações, por meio da negociação/co-regulação de atitudes, idéias, concepções, e de maneira contextualizada. As entrevistas foram gravadas e transcritas, realizando análise qualitativa a partir da classificação dos dados, que se constituiu da leitura exaustiva, postura interrogativa frente à entrevista, constituição do *corpus* e recorte de cada entrevista em unidades temáticas. Analisou-se os recortes temáticos em seu conjunto, buscando possíveis contradições e/ou compartilhamento de temas. Todo o estudo utilizou como base a perspectiva da *Rede de Significações*. Resultados preliminares indicaram: presença de dificuldades na comunicação mãe-profissionais, devido a significados construídos, durante monitoramento e devolutiva, com possíveis prejuízos à mãe de entendimento sobre a internação/cirurgia; dificuldades por parte dos profissionais em perceber, durante o processo de informação de conceitos com os pais, a efetividade de suas explicações; explicações diversas relativas ao início das crises da criança, expectativas quanto a cirurgia, avaliação de seus riscos/benefícios e dúvidas quanto as explicações dos profissionais são (re)vistas na relação mãe-entrevistadora. Discute-se a necessidade de atentar-se às relações estabelecidas entre pais de pacientes/profissionais de saúde/contexto hospitalar e aos significados (pré)estabelecidos por eles, para que o processo de informação construído e estabelecido nesse contexto alcance os objetivos pretendidos: compreensão da(s) avaliações, doença, diagnóstico e a adesão à indicação terapêutica. Tais considerações podem ser interessantes para além da epilepsia, em outros contextos de saúde/outras pessoas, podendo vir a colaborar para que se (re)pense as práticas discursivas, os contextos de tratamento e as próprias relações enquanto produtores de significados

(não)favorecedores frente aos objetivos pretendidos. (CNPq, FAPESP)

MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Luciana Bobato Martins & Kátia de Souza Amorim
(FFCLRP/USP)

Pesquisa em andamento

Considerando-se as controvérsias na implantação da educação inclusiva, no Brasil; e que, em 2006, completou-se 10 anos pós LDB/96, que reforça a CF/88, a qual prevê a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, o objetivo desta pesquisa foi mapear se/como vem ocorrendo o processo de inclusão, na rede municipal de ensino, em Ribeirão Preto (1996-2006). A base para a construção do corpus foi o banco de dados do Departamento de Educação Especial da Secretaria Municipal da Educação. Os dados obtidos foram o registro do diagnóstico; número de crianças incluídas; tempo de permanência nas escolas; se ascenderam na seriação; se freqüentam sala especial, regular ou de recursos, dentre outros. Para a análise são usados procedimentos estatísticos, considerando os dados sob a perspectiva da *RedSig*. Análise preliminar verificou como o banco de dados da Secretaria se modificou ao longo dos anos. Da ausência de critérios da designação “necessidades especiais” passaram-se à definição das deficiências. Nesse processo, por exemplo, foram incorporados, em 2003, casos de “significativa dificuldade de aprendizagem”, sendo eliminado em 2005. Ainda, verificou-se maior número de alunos do sexo masculino ditos “em inclusão” (59% *versus* 37% do sexo feminino). Ao se avaliar a permanência e ascensão no sistema, verificou-se que, dos alunos em inclusão, 882 (58,49%) permaneceram apenas um ano na

escola; 247 (16,38%) permaneceram dois anos com ascensão de série; 44 (2,92%) permaneceram dois anos obtendo uma reprovação; 26 (1,72%) permaneceram três anos ou mais com reprovação; e, 244 mais de três anos com ascensão. Finalmente, cerca de 30% dos alunos estavam na Educação Infantil, 35% nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, 21% nos últimos anos do Ensino Fundamental e do total analisado, apenas cerca de 1% dos alunos certificou-se. As mudanças no instrumento mostram-se parte de movimentos históricos ligados a Leis, Resoluções e Pareceres, dentre outros, que contribuem para co-construir o olhar e a prática no processo. Ainda, contribuíram para que o número de crianças incluídas sofresse variações significativas. A maior presença de meninos reflete que o processo vem sendo marcado por múltiplas exclusões, que não se restringem a deficiência, incluindo o gênero. A maioria das crianças freqüenta a escola por um ano apenas, sem permanência no ensino regular. A permanência predominantemente mostra-se mais restrita à Educação Infantil e primeiros anos do ensino fundamental. Há um estrangulamento do sistema na quarta série e a certificação de uma pequena parcela do total de estudantes em inclusão. Tais resultados apontam à necessidade de pensar projetos e políticas que garantam não apenas acesso, mas permanência com qualidade e certificação no sistema de ensino. Frente a este panorama ainda fica claro, como, além de questões culturais e técnicas, os aspectos histórico-políticos co-constróem a educação inclusiva, esta se constituindo e sendo constituída *pelo e através* dos movimentos históricos e das concepções de diferentes pessoas que vão tecendo os fios da educação inclusiva. (CNPq, FAPESP, Bolsa da Pró-Reitoria de Pesquisa)

Eixo IV - Políticas da infância: relações no primeiro ano de vida

MESTRADO

RECURSOS COMUNICATIVOS UTILIZADOS POR UM BEBÊ NA INTERAÇÃO COM DISTINTOS INTERLOCUTORES EM CONTEXTO DE CRECHE

Larissa N. R. Elmôr & Kátia de Souza Amorim (FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

Estudos têm analisado, apreendido e explicitado o modo como ocorrem as interações nas diferentes idades, particularmente nos primeiros anos de vida, considerando-as com distintos interlocutores e relacionando-as ao desenvolvimento global do indivíduo. Porém, diferem em pressupostos, quando abordam diferentes interlocutores (pai, mãe, educadoras, coetâneos). Pesquisas baseadas na Teoria do Apego referem que os bebês nascem com pré-programação para se relacionarem com o principal cuidador (usualmente, a mãe). Outras enfatizam a natureza social do bebê desde seu nascimento, como ativo participante do sistema cultural. Estudos sobre a relação dos bebês com o pai (sexo masculino) são escassos e alguns trabalhos indicam sua crescente participação nos cuidados primários dos filhos, em parte pelo fato das mulheres/mães virem adquirindo papéis no campo profissional. Tem-se pesquisado também as capacidades interativas de bebês no primeiro ano de vida com parceiros de idade, pela crescente participação de bebês em ambientes coletivos. Dentro dessa perspectiva, alguns autores evidenciam interesse do bebê pelo outro, co-regulações das ações, orientação de comportamentos dirigidos (noção de "campo interativo") e a construção de sentidos. Entretanto, estes vários estudos investigam a criança com um interlocutor específico, sem considerar o conjunto das suas relações.

Assim, definiu-se por investigar, a partir de um estudo de caso, os recursos comunicativos (verbais ou não) utilizados por um bebê no primeiro ano de vida, na interação com distintos interlocutores (mãe, pai, duas educadoras, dois bebês e babá). O material empírico utilizado está sendo obtido do Banco de Dados do Projeto Integrado *Processos de adaptação de bebês à creche*, que acompanhou a adaptação de 21 bebês (4-14 meses) em creche universitária. Para o estudo, serão utilizadas, fundamentalmente, as gravações em vídeo. A coleta e análise está sendo guiada pela perspectiva teórico-metodológica da *Rede de Significações* e pela noção de "campo interativo". Um bebê foi selecionado (9 meses ao ingresso) como pivô. Vem-se realizando, nesse momento, o mapeamento e transcrição de todos os episódios interativos desse bebê, nas cenas de vídeo, fazendo-se uma análise preliminar daqueles episódios. Através da seleção dos episódios interativos com diferentes parceiros, construir-se-á uma tabela verificando quais os recursos lingüísticos utilizados e se existiriam semelhanças ou diferenças na interação do bebê com os distintos interlocutores. Serão também analisados os episódios de interação destes sujeitos em três diferentes momentos do registro (ingresso do bebê à creche, cerca de um mês após o ingresso e próximo à finalização dos registros em vídeo – três meses após). Paralelamente, está sendo feita revisão na literatura objetivando definir os autores de base dos conceitos de linguagem, recursos comunicativos e comunicação no primeiro ano de vida de modo a solidificar o quadro teórico dessa análise. (FAPESP)

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

"ABREVIACÃO" EM RELAÇÕES DE BEBÊS COM SEUS PARES DE IDADE

Considerando processos interativos no primeiro ano de vida e o papel de agente participante ativo de bebês, várias linhas teóricas têm estudado características de suas interações. Em uma delas (sistêmico dinâmica), construiu-se modelo denominado de Estabelecimento, Extensão e Abreviação. Especificamente, a abreviação seria processo decorrente de sucessivas atividades de recorte efetuadas pela díade, em que há escolha de ação, que se torna figura em relação ao fluxo constante e complexo de outras ações. De modo abreviado, aparecem elementos anteriormente negociados de forma prolongada. Esse processo tem sido investigado exclusivamente na relação mãe-bebê. Porém, investigações de interações de bebês com pares apontaram indícios de que entre coetâneos ocorre tal modelo. Decidiu-se, assim, estudar, através de estudo de caso, se a abreviação é observada na interação entre bebês. Os registros são gravações VHS do Banco de Imagens do Projeto *Processos de Adaptação de Bebês a Creche*, que acompanhou 21 bebês na creche. Os sujeitos são um casal de gêmeos (Isa e Armando, 11m21d) e seus parceiros (Iraídes, 9m15d; Gilson, 12m5d e Reis, 14m25d). Selecionou-se todas as cenas em que os gêmeos aparecem. Destas, selecionou-se interações dos gêmeos entre si e com seus parceiros preferenciais. Destacou-se três episódios de cada dupla, todos transcritos e analisados microgeneticamente, com base na *Rede de Significações*. Aqui, apresentaremos e discutiremos duas cenas entre Gilson e Armando. Na primeira, a bola de Armando cai no chão. Gilson a vê, sorri e fica na posição de engatinhar. Armando olha Gilson e olha para o chão. Gilson engatinha, rapidamente, em direção à bola. Armando, parado, olha para os lados e, depois, para Gilson. Engatinha em sua direção, aquele já segurando a bola. Armando olha para a bola e à movimentação dela por Gilson. Este distancia a mão e depois vira o corpo. Armando o segue, olhando-o. Na segunda cena,

dois meses após, Armando está sentado e olha para Gilson que engatinha. Em seguida, Armando engatinha, os dois chegando ao mesmo local (...) Gilson está sentado e tem os braços esticados na direção de uma caixa de plástico vermelha, sobre a qual Armando está debruçado. Depois, Armando senta-se no chão, ao lado de Gilson. Lado a lado, os dois puxam a caixa. A um movimento de Armando a parte da caixa que Gilson apóia, levanta-se. Um olha para o outro. Armando inclina o corpo de volta para trás; a caixa volta a tocar o chão. Gilson olha para Armando, depois olha para a caixa e coloca o braço direito dentro da caixa. Gilson e Armando empurram a caixa para frente. Moacir senta-se à frente da caixa, no lado oposto ao dois. Gilson olha para Armando, que puxa a caixa para si. À análise, identificou-se a abreviação nos comportamentos das duas crianças, passando a ocorrer trocas de curta duração, com ajustamento mútuo e fácil. Os recursos são não verbais. O olhar da primeira cena carregava sentido de longa negociação pela posse; na segunda, traz sentidos de compactuar questionamentos, ações e parcerias. Vale dizer, que tais ações se fazem de forma diversa da díade adulto-bebê. Entre os bebês apresenta-se mais o aspecto da surpresa, o rompimento de padrões e expectativas; e, muitas vezes, disputa sem cessão pelas partes, exigindo do bebê recursos outros, às vezes complexos, para lidar com situações inusitadas. (CNPq e FAPESP)

O POSICIONAMENTO DE BEBÊS OUVINTE E SURDO ENQUANTO SUJEITOS DA LINGUAGEM

Luciana A. Rodrigues & Kátia de Souza Amorim
(FFCLRP/USP)
Pesquisa concluída

Na abordagem histórico-cultural, diversos são os modos de se conceber a linguagem, sobretudo, quando é problematizada nos primeiros anos de vida. Num desses modos, onde situamos Vygotsky e Wallon, a linguagem seria necessária

para o estabelecimento das relações intersubjetivas das quais emergiria a criança como sujeito da linguagem. Já num outro, onde situamos Bakhtin e Bruner, a concepção de linguagem indica que esta estaria presentificada nas relações interpessoais desde precocemente, emergindo no fenômeno da interação social; o bebê já teria condições de ser sujeito da linguagem. Diante dessa distinção, desenvolvemos uma pesquisa empírica com a meta de investigar se bebês podem ser considerados como sujeitos da linguagem e, ainda, se eles se posicionam e são posicionados enquanto tal. Para isso, estruturamos um estudo de caso de um bebê ouvinte e outro de um surdo. Lara (ouvinte – 9 meses) foi selecionada do Banco de Vídeos do Projeto Integrado *Processos de Adaptação de Bebês à Creche*. Este projeto acompanhou bebês, familiares e educadores após o ingresso numa creche, utilizando a vídeo-gravação como forma de registro, ao longo de três meses. Já Danilo (surdo – 15 meses) foi selecionado do serviço de otorrinolaringologia de um hospital, por ter perda auditiva profunda, bilateral, neurosensorial, sem síndrome associada. Por seis meses, Danilo e família foram filmados em casa. Todo material foi transcrito e analisado microgeneticamente, ancorado na *RedSig*. Ao analisarmos os dados, vemos uma cena em que Elvira (avó) senta-se em frente a Lara para alimentá-la. Quando ela oferece à neta a colher com papinha, Lara vira a cabeça para o lado oposto; seu corpo está rente ao encosto da cadeira e os braços estão esticados, parecendo forçar o corpo para trás. Elvira insiste, enquanto Lara reage de várias formas: pressiona a cadeira com as mãos, toca na mão da avó como se a afastasse, sacode as mãos no ar, vira a cabeça de um lado pro outro, como em negação. Nesta cena, notamos Lara *demarcar* sua posição na interação com a avó por diferentes modos, inclusive já significativos em nossa cultura. Ao negociar essa recusa, ela posiciona-se diante da avó, confrontando o não querer ser alimentada com o papel da avó de quem alimenta. Já na segunda cena, Danilo caminha pela sala, sendo segurado pela avó nos braços. Ele pára, ela o estimula a continuar o movimento. Ele volta a andar e ela pára; após

isso, imediatamente, ele movimenta alternadamente uma perna na frente da outra, como de quem anda. Nesta cena, numa simples 'caminhada', notamos Danilo se posicionar diante da avó na continuidade ou não do ato realizado; ela também o posiciona enquanto interlocutor ao possibilitar e esperar a movimentação dele. Com tais cenas, percebemos que ser sujeito da linguagem em bebês relaciona-se mais com uma questão de posicionamento pelo parceiro do que com uma natureza própria dos bebês. Nesta faixa etária, percebemos que é com o corpo que os bebês se posicionam e são posicionados pelos interlocutores. (FAPESP)

O OBJETO NOS PROCESSOS INTERATIVOS DE BEBÊS EM CRECHE

Natália Rossin & Kátia de Souza Amorim
(FFCLRP/USP)
Pesquisa em andamento

Os estudos das interações de bebês em creches têm se mostrado muito relevantes à compreensão do processo de desenvolvimento humano, uma vez que, a partir de uma abordagem sócio-histórica, entende-se que a construção da subjetividade é constituída na relação com o social. Essa se dá dentro de contextos sócio-culturais específicos, através de relações com parceiros, sejam estes tanto adultos, como coetâneos. Como vários autores pontuam, esses processos podem ocorrer com a presença e mediação de objetos, trazendo uma série de aspectos culturais do grupo social a que a criança pertence. A intermediação de objetos nas interações durante o primeiro ano de vida tem sido mais estudada nas interações do bebê com o adulto, pouco se sabendo sobre o papel do objeto em relações com coetâneos. Neste último caso, aparentemente, funcionam como desencadeadores ou atrativos para que a interação aconteça, na literatura sendo mais freqüentemente destacados os episódios conflituosos que desencadeiam. Porém, dada à

pequena exploração desse tema na literatura, em relação à faixa etária do primeiro ano de vida, pretende-se entender como se dá o processo de mediação do objeto na interação de bebês. Para a construção do *corpus* de pesquisa serão utilizadas cenas de vídeo de bebês (4-13 meses de idade ao ingresso), que freqüentam uma creche universitária. Os registros pertencem ao Banco de Dados do Projeto Integrado Processos de Adaptação de Bebês à Creche. Foram pré-selecionadas 15 fitas referentes a três diferentes momentos: os primeiros dias de adaptação, após 2 meses, antes de uma greve e o período posterior a uma greve de 20 dias. Foram selecionadas cenas em que o objeto está envolvido na situação de interação de bebês, procurando-se identificar as particularidades desses processos, principalmente com relação aos significados neles presentes. A coleta e análise dos dados são orientadas pela perspectiva teórico-metodológica da *Rede de Significações*, a qual tem como base referenciais teóricos de Wallon, Bakhtin e Vygotsky. Este estudo pretende contribuir para melhor compreensão do papel do objeto nas interações de bebês, além de se pensar na qualidade das interações, particularmente de bebês em creches, de modo a se construir mais conhecimentos sobre a forma de lidar com eles nesse ambiente coletivo, em que o parceiro de idade representa o parceiro mais freqüente. (FAPESP e CNPq)

MEDIAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, NO PRIMEIRO ANO DE VIDA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE UM BEBÊ MORDEDOR, EM CRECHE

Rosária F. M. Saullo & Kátia de Souza Amorim
(FFCLRP/USP)
Redação de Projeto

Desde o nascimento, o bebê está cercado por diversos parceiros sociais que, pela abordagem histórico-cultural, significam o mundo a ele e ele ao mundo. Para Vygotsky, por

exemplo, o caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa por outra pessoa, sendo o desenvolvimento produto de processo profundamente enraizado nas ligações entre história individual e social. De acordo com o autor, todas funções superiores originam-se das relações entre indivíduos humanos, em ambientes culturalmente organizados. Através dessas relações, um processo interpessoal é transformado em intrapessoal, a que ele denominou internalização. E, os signos internalizados mediarão o próprio comportamento. Em nossa sociedade, quando se considera particularmente os parceiros das crianças pequenas, tradicionalmente a maior referência é a figura materna. Mas, com as mudanças sócio-históricas e culturais, a mulher tem cada vez mais participado do mercado de trabalho, as instituições do tipo creche aparecendo como uma das soluções de apoio, compartilhando com a família os cuidados das crianças. Com isso, a criança, que antes estaria mais centralmente em casa com os familiares, tem suas possibilidades de interação alteradas, incluindo-se agora também os profissionais da instituição de educação, as outras crianças e seus familiares. Desde o seu ingresso na creche, ocorrem processos de adaptação, através dos quais a criança vai se integrando de um modo participativo, ao novo grupo. E, através da convivência com esses múltiplos outros, as atitudes do bebê vão sendo (re)significadas, de acordo com uma série de preceitos daquele determinado grupo cultural; Ihe são acordados determinados papéis sociais, que serão aceitos, recusados e/ou negociados. Nessas relações, dá-se a contínua (re)constituição da subjetividade da criança. Porém, o fato dos bebês apresentarem apreensão de significados/papéis sociais, apesar de ainda não possuírem domínio da linguagem verbal, nos levou a interrogar como se dá essa constituição da subjetividade e a mediação no primeiro ano de vida. Optamos, então, por realizar um estudo de caso para estudar estes processos. Por entendermos a creche como um campo em que se apresenta uma diversidade de aspectos, ela foi escolhida como base da investigação. E, de modo a ter um caso em que os aspectos

da mediação fossem mais destacados, optamos por realizar o estudo através de uma situação de crise. Daí, escolhermos uma criança mordedora, Vítor. A meta é verificar como ocorre esta intermediação e mediação, e como as outras crianças e o próprio bebê significam o comportamento mordedor e as relações que se estabelecem na creche. Ainda, buscar-se-á apreender um pouco da complexa formação da subjetividade da criança. O estudo terá como base teórico-metodológica a perspectiva da *Rede de Significações*. O material empírico será obtido do Banco de Dados do Projeto Integrado *Processos de Adaptação de bebês à creche*, que acompanhou o ingresso e frequência de 21 bebês a uma creche universitária. Dentre os vários registros da situação, serão utilizadas as entrevistas e as cenas de vídeo, sendo selecionadas e transcritas microgeneticamente todas as imagens relativas ao sujeito focal. O corpus do estudo envolverá articular as entrevistas e cenas de vídeo, sendo analisados microgeneticamente. (CNPq)

COMISSÃO ORGANIZADORA DO ENCONTRO

Alda do Prado Roma
Ana Paula Soares da Silva
Carolina Alexandre Costa
Ivy Gonçalves de Almeida
Juliana Bezzon da Silva
Lígia Perez Paschoal
Luciana Bobato Martins
Luciana Pereira de Lima
Mara Isis de Souza
Natália Rossin
Nina Rosa do Amaral Costa

COMISSÃO ORGANIZADORA DO LIVRO DE RESUMOS

Carolina Alexandre Costa
Juliana Bezzon da Silva
Mara Isis de Souza
Nina Rosa do Amaral Costa

Ilustração da Capa: Vitor Hugo de Oliveira

REALIZAÇÃO: CINEDI



Centro de Investigações Sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil

AGRADECIMENTOS:

